



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

JOANA GABRIELA SOARES FREITAS

**A CIÊNCIA DA PAZ E OS PRESSUPOSTOS SINCRETISTAS DE UMA FILOSOFIA
CONCEITUAL NO PÓS-GUERRA**

**JOÃO PESSOA - PB
2016**

JOANA GABRIELA SOARES FREITAS

**A CIÊNCIA DA PAZ E OS PRESSUPOSTOS SINCRETISTAS DE UMA FILOSOFIA
CONCEITUAL NO PÓS-GUERRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Segurança Internacional e Estudos de Paz

Orientador: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

F866c Freitas, Joana Gabriela Soares

A ciência da paz e os pressupostos sincretistas de uma filosofia conceitual no pós-guerra [manuscrito] / Joana Gabriela Soares Freitas. - 2016.

58 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2016.

"Orientação: Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite, Departamento de Relações Internacionais".

1. Estudos de paz. 2. Fundamentos filosóficos. 3. Relações Internacionais. I. Título.

21. ed. CDD 370.11

JOANA GABRIELA SOARES FREITAS

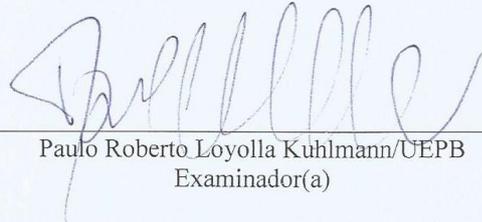
A "ciência da paz" e os pressupostos sincretistas de uma filosofia conceitual no pós-guerra.

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba.

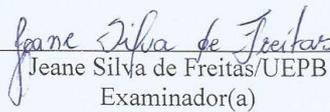
Aprovado(a) em 29 / Maio / 2016 .



Alexandre César Cunha Leite/UEPB
Orientador(a)



Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann/UEPB
Examinador(a)



Jeane Silva de Freitas/UEPB
Examinador(a)

DEDICATÓRIA

À Kauê (meu filho), que tenha a opção, e a escolha da própria formação, E que este sirva de exemplo e incentivo.

À Maria de Lourdes (minha mãe), por conduzir e incentivar minha educação formal.

AGRADECIMENTOS

Certamente estes parágrafos não iriam atender a todas as pessoas que já fizeram parte de minha vida. E neste caminho, em meio à contínua alternância de esperanças e decepções que fizeram parte deste percurso, mas que contribuíram para a minha formação como pessoa, agradeço àqueles que participaram também desta importante fase. Desde já peço desculpas àqueles que não estão presentes entre essas palavras, mas que podem estar certos de que fazem parte do meu pensamento e de minha gratidão.

Aos colegas de graduação, pelo ambiente descontraído e inspirador. Em especial, a Clemida, Gerlienne, Jeniffer e Suellen pelo companheirismo, amizade, pelas palavras de incentivo e por compartilhar a carga de estresse.

Aos professores da graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) pelo esforço em formar profissionais de qualidade.

Ao Professor Dr. Alexandre César Cunha Leite pela seriedade, paciência, dedicação na orientação do trabalho e pelos “xingamentos”. Com destaque, para sua “genialidade diferenciada e excêntrica” e sua personalidade “modesta” (CUNHA LEITE, 2016).

Ao Professor Dr. Paulo Kulhmann, pela atenção dada e que foi de grande relevância na construção do caminho que levou a concretização deste trabalho.

A Professora Me. Jeane Freitas por aceitar compor essa banca fantástica e pela atenção dedicada a este trabalho.

Gostaria de deixar registrado também, o meu reconhecimento à minha mãe e filho, pois acredito que sem o apoio deles seria muito difícil vencer esse desafio.

“And how long shall we have to wait before the rest of mankind becomes pacifists too? [...] One thing we can say: whatever fosters the growth of culture works at the same time against war”.

(Sigmund Freud 1932/1959: 287)

RESUMO

Os Estudos sobre a Paz, são historicamente conhecidos por seus pensamentos críticos, representam um modelo de interpretação acerca dos fenômenos da paz e da guerra, o que antecede o próprio século XXI. Assim, diante da crescente importância de se compreender os pensamentos clássicos a luz das discussões que dominaram os estudos no contexto internacional, o trabalho terá como propósito realizar uma revisão de literaturas no que concerne ao seu processo genealógico, a fim de privilegiar a compreensão destes pensamentos. Os estudos para a paz serão abordados por meio de uma perspectiva teórico-conceitual que apresentará seus elementos constitutivos através de suas origens e concepções. De uma forma geral, abordará sobre os princípios que fundamentaram a construção das ideias de paz numa perspectiva filosófica, convergindo estes elementos com as abordagens do pós-guerra.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos de Paz. Fundamentos Filosóficos. Relações Internacionais. Perspectiva Histórica.

ABSTRACT

Studies on peace, are primarily known for their critical thoughts, represent a model of interpretation about peace and war phenomena, which precedes the actual twenty-first century. Thus, given the increasing importance of understanding the thoughts classic light of the discussions that dominated the studies in the international context, the work will purpose conduct a literature review with regard to their genealogical process in order to favor the understanding of these thoughts. The peace studies will be addressed through a theoretical and conceptual perspective that will present its constituents through its origins and concepts. In general, address on the principles underlying the construction of peace ideas in a philosophical perspective, converging these elements with the post-war approaches.

KEYWORDS: Peace Studies. Philosophical Foundations. International Relations. Historical Perspective.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 GUERRA E PAZ COMO CONCEITO: AS ORIGENS HISTÓRICO FILOSÓFICAS	11
1.1 A vontade de Guerra: A lógica em ‘o homem lobo do homem’	15
1.2 A vontade de Paz “por Kant e em Kant”: A inversão de um princípio moral.....	20
2. GUERRA E PAZ: UM DUALISMO ESTRUTURAL	25
2.1 O fenômeno Guerra-Paz: Essência e Causa na natureza humana.....	25
2.2 A analogia de Guerra-Paz: Um princípio Jurídico-filosófico.....	29
3. A CONSTRUÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL DA PAZ: ESTUDO E ATIVISMO ...	34
3.1 A evolução dos estudos conceituais sobre a Paz.....	35
3.2 A retórica da paz e suas contribuições no Pós-Guerra.....	40
3.3 Galtung: (Re)interpretando o binômio Guerra-Paz.....	42
3.4 Se mato, existo: A realidade por trás de um discurso.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

INTRODUÇÃO

Desde os primórdios dos estudos filosóficos, a paz é interpretada como um símbolo de justiça e de equidade, sendo expressada através do equilíbrio entre a natureza e a pólis¹, e, por ser apenas associada a uma simples noção de harmonia, tornou-se demasiadamente vaga em sua significação. Observou-se que a partir da evolução de seus estudos, surgiram diferentes interpretações deste mesmo termo, e com o tempo, seu sentido tornou-se limitado, remetendo a uma simplificação da ideia de paz, e conseqüentemente a sua compreensão como um simples objeto de estabilidade e equilíbrio, sendo apenas entendida ou associada, mas não definida, cientificamente. Diante disto, as discussões apresentadas aqui serão expostas de forma limitada, dada a amplitude da temática e irão girar, a partir das ideias de Galtung, que contribuiu de forma substancial para a ampliação dos estudos sobre a paz, trazendo diversos conceitos como também foi a semente para o campo do conhecimento, formado a partir da segunda metade do século XX.

O presente estudo realizará uma análise das perspectivas filosóficas e suas contribuições para os estudos de paz, por meio das influências que hoje permeiam os diversos conceitos de paz desenvolvidos até aqui. As percepções filosóficas foram buscadas no sentido de reuni-las, e por meio das suas interpretações, trazê-las para atualidade, atribuindo a estas percepções seu valor. Logo, na busca por esclarecer sobre estas lentes filosóficas, o que de fato é um dos aspectos mais relevantes do trabalho, trataremos sobre sua evolução, e se é possível chegar a um cruzamento destas ideias. Que ao se relacionarem, possam contribuir para uma ampliação do aspecto aparente do termo, como também no sentido de planejar um caminho para a construção de um futuro onde se tenha um referencial de paz. Aqui, será trazido um novo olhar, afim de buscar condições para extrair de cada pensamento o que eles tem de melhor. Para isso, o aporte teórico serão os estudos e pesquisas sobre a paz, que tem como uma de suas lentes originárias o teórico Johan Galtung, que em sua concepção de violência trouxe diversas óticas sobre o que seria a Paz.

Desta forma, a metodologia utilizada neste trabalho está pautada na abordagem teórico-conceitual buscando identificar os fatores que contribuíram para construção dos pensamentos sobre a paz no pós-guerra. Nesse sentido, será feita uma revisão dos fundamentos filosóficos, visando uma compreensão destes e suas contribuições nos estudos de paz.

¹ Polis: cidade autônoma e soberana, cujo quadro institucional é caracterizado por uma ou várias magistraturas, por um conselho e por uma assembleia de cidadãos (*politai*). Dicionário de política. p.949. 2010.

Quanto a organização do texto, o mesmo encontra-se dividido na seguinte maneira: no capítulo 1, será feito uma revisão dos pensamentos clássicos de alguns filósofos, no sentido de alargar os horizontes de reflexão quanto à temática da paz. Este será dividido em 2 partes: na primeira parte, o texto tratará das origens históricas que iniciaram os debates acerca dos estudos de paz e guerra, e que foram durante um longo tempo influenciando no ambiente intelectual. Nesse sentido, será então apresentado um breve histórico acerca dos conceitos, do ponto de vista de filósofos como: Maquiavel, Hobbes, Kant, Clausewitz, Aristóteles, entre outros; no sentido de tentar compreender suas definições e visões sobre a paz e a guerra. Logo, e partindo destas perspectivas, a segunda parte tratará de esclarecer sobre seus significados e a que isto conduz frente a natureza humana. Como será visto, os estudos sobre ambos os termos é complexo, e por serem estes correlacionados, a pesquisa irá da busca pelo entendimento da guerra até o sentido da paz.

O capítulo 2, será dividido também em duas partes: na primeira, será tratado sobre a essência e causa dos termos paz/guerra segundo o modelo pragmático de Peirce, e a construção desta dualidade estrutural como forma de pontuar o leitor acerca de ambos conceitos. Assim, partindo da perspectiva de Aristóteles em que, para o autor diz: *“a guerra existe em vista da paz”* (Aristóteles, 1987), o significado de um em relação ao outro, servirá de base para se pensar nas reflexões filosóficas e teóricas que envolveram e interpretaram guerra/paz. A existência de um anacronismo conceitual de ambos os termos, levou a valoração belicista e extrapolada, do ponto de vista positivo da guerra, e a rejeição teórico-conceitual da perspectiva negativa de paz. Logo, para analisar a consistência destas interpretações, questioná-las, faz-se necessário em vista dos arcabouços teóricos que foram enraizados em nossa sociedade e que sobressaíram-se a partir do século XX. Ainda neste capítulo, a segunda parte será apresentada no sentido de expor os pensamentos que cercaram os estudos de guerra, visando um esclarecimento do fenômeno do ponto de vista jurídico, como também os estudos de paz e a construção retórica, que na busca por alternativas para alcançá-la, não percorreu caminhos do ponto de vista da natureza humana. Tratará sobre a relação de ambos os termos, buscando esclarecer sobre suas semelhanças, partindo do princípio da violência de Clausewitz até suas justificativas jurídicas.

No capítulo 3, o mesmo será dividido em quatro partes: A primeira parte, será tratada sobre a paz como um objeto científico que está além de um simples estado de ausência de conflito/violência/guerra. E é exatamente nesse universo que o estudo se aporta, tendo como eixo teórico não só as construções filosóficas, mas principalmente os conceitos de Johan Galtung sobre a paz, e que darão embasamento para toda a pesquisa. Assim, será apresentado a evolução de seus estudos conceituais, que tem como princípio o limiar do século XX, e

também as primeiras iniciativas para a implementação de pesquisas sobre a paz. Logo, trataremos sobre os discursos de Galtung, no sentido de contextualizar e esclarecer o leitor sobre a importância destas referências na construção e busca pela paz. Na segunda parte, apresentará algumas das contribuições filosóficas que nortearam as ideias de paz. Pois, o que é a paz e como foi construída esta ideia constitui-se aqui, um retorno às origens dos estudos de paz, aos contornos da política e suas influências no pós-guerra. Será feito também uma breve leitura, em que será observada as mudanças ocorridas com a nova ordem mundial, a fim de apresentar uma discussão atual sobre os estudos de paz e conseqüentemente uma reinterpretação do mesmo. Por último, será feito uma análise sobre o discurso de paz no sentido de explorar se esta ideia não teria se tornado potencialmente um ideal para um regime opressivo, constituindo-se como um disfarce para a realização de guerras.

Por fim, nas considerações, o trabalho pretende chegar a uma compreensão mais simplificada acerca dos pensamentos filosóficos e do quanto estas influências foram importantes para a construção de um consenso acerca da retórica da paz. Como o tema derivou-se de pesquisas sobre a problematização do conceito de paz frente a uma definição, será levado em consideração que a sua construção é uma questão tão antiga quanto à própria noção de segurança, assim expor essas filosofias, observando o quanto estas ainda contribuem para a percepção deste conceito, se faz de fato vital. Nesse sentido, os pressupostos trazidos aqui delinearão o nexos de causalidade existente, afim de demonstrar sua profunda ligação com a natureza humana.

1 GUERRA E PAZ COMO CONCEITO: AS ORIGENS HISTÓRICO-FILOSÓFICAS

Atualmente, um dos grandes desafios acerca do conceito da paz tem sido a procura por uma definição desvinculada dos conceitos de guerra/conflito/violência. Nesse sentido, busque aqui por uma aproximação da real definição de paz através dos pressupostos que cercearam sua compreensão, que ao contrário das definições predominantes até o momento, demonstre o que ela não é (RIZZI, 2008, p.69). Em outras palavras, a grande dificuldade tem sido dizer o que a paz é, e não o que ela não é (não é guerra, não é violência), como também qual é a sua natureza. Para isso, é necessário um esclarecimento acerca dos conceitos de natureza, paz e guerra. Primeiramente definir a partir de uma visão geral, o que é natureza, logo: é a “*essência ou condição própria de um ser*” (BUENO, 2007, p.534). Embora no pensamento ocidental a palavra natureza também possua diversos significados, dentre eles:

“[...] Natureza se caracteriza pelo ordenamento dos seres, pela regularidade dos fenômenos ou dos fatos, pela frequência, constância e repetição de encadeamentos fixos entre as coisas, isto é, de relações de causalidade entre elas. Em outros termos, a Natureza é a ordem e a conexão universal e necessária entre as coisas, expressas em leis naturais.” (BUENO, 2007, p.534)

Em seguida, a paz é definida de forma mais sintética:

“[...]a Paz não pode ser definida senão em relação e em estreita ligação com a definição de ‘guerra’. Convém atentar no seguinte: enquanto entre dois termos opostos, um é frequentemente definido por meio do outro, como ‘movimento’ (ausência de repouso) ou ‘repouso’ (ausência de movimento), no caso dos dois opostos Paz - guerra, é sempre o primeiro que é definido por meio do segundo e nunca ao contrário.” (BOBBIO, 2005, p.911)

Sendo a guerra definida de forma positiva, a paz é consequentemente definida de forma negativa como ausência da primeira (guerra e/ou não-guerra), o que remete a ideia de que o estado mais relevante é o estado de guerra. Essa concepção da paz como ausência da guerra ou violência/conflito pode ser constatada ainda nos dias atuais, embora críticas e visões opostas a este significado ainda mantenham-se no contexto desses estudos (FREIRE e LOPES, 2008, p.16). Diante disso, ainda existem diferentes perspectivas teóricas que abordam o tema de formas diferentes, a exemplo dos marxista-leninistas, que concebem três espécies de paz:

“As duas inferiores que são concebidas de forma negativa (simples ausência de guerra), os marxista-leninistas designam-nas por imperfeitas, porque nelas a guerra pode sempre vir a ocorrer, e correspondem ambas à paz [...]. Das duas imperfeitas, a colocada num grau mais baixo corresponde à situação de tensão e hostilidade latente,

como na guerra fria, e a no grau acima de normalização de relações e coexistência pacífica, na qual porem permanece a inevitável competição ideológica, como na détente. O grau superior, é o da única paz perfeita, a paz da qual nunca poderá resultar a guerra [...].” (SOUSA. 2005, p. 140)

Já na perspectiva de Aron², teórico que também analisou a questão do conceito de paz, centrou sua análise em três tipos:

“[...] ‘a paz de equilíbrio’, que corresponde a situação em que, recorrendo as suas próprias forças ou através de aliados, os diferentes Estados dentro de um dado sistema, se dissuadem eficazmente de qualquer iniciativa para alterar o *status quo* pela violência armada; a ‘paz de hegemonia’, em que os Estados mais fracos se reconhecem impotentes para modificar a situação recorrendo à força armada, e os mais fortes ou hegemônicos não aspiram ao império, ou por insuficiente superioridade de poder, ou por razões de regime ou de filosofia política; e a ‘paz de império’, em que o poder superior de um dos Estados se impõe decisivamente aos restantes, submetendo-os politicamente” (ARON, 2002, p. 221)

Aqui estes três tipos foram analisados por Aron com suas características e também com suas imperfeições, abrindo o caminho para discussões mais amplas e profundas acerca do mesmo conceito. Para o autor: “*o princípio da paz, não difere muito do princípio da guerra.*” (ARON, 2002, p. 220), só que o grande problema de se chegar a uma concepção final, é a existência de pesquisas que procurem primeiro compreender suas origens filosóficas, pois na história da filosofia política é possível identificar pensamentos acerca da guerra, mas não especificamente voltadas para a construção de um pensamento de paz. Para isso, deve-se buscar compreender primeiramente, sob qual aspecto do pensamento do indivíduo a paz se coloca.

Partindo então de Kant³, em que: “*a paz é um princípio moral*” (KANT, 2005, p.331), tal visão demonstra uma noção diferente da anteriormente exposta, visto que para que seja materializada a paz, esta deva ser primeiramente instituída, constituindo-se como um fator determinante para o fim dos conflitos/guerras. Mas, sob que sentido? Para isso é fundamental que se defina guerra. Pois é no sentido de natureza, que se tem em conta, quando se considera determinadas características naturais como as origens e causas de certos fatos e comportamentos individuais ou coletivos (RIZZI, 2008, p.70). É o que acontece com a interpretação da paz/guerra enquanto fenômenos próprios da natureza humana. Aqui, foi observado que só através do aprimoramento desta natureza, seria possível ultrapassá-la, sendo

² Raymond Aron, sociólogo norueguês que ao escrever a obra: *paz e guerra entre as nações*, considerava a ciência da paz e da guerra, o conhecimento das relações internacionais, pois serve como base para a diplomacia e a estratégia, os dois métodos complementares e opostos. E que a guerra pertence ao domínio social. 2002. p.53.

³ Kant foi dos mais importantes filósofos da era moderna, não era pacifista, mas um estadista. E seu trabalho sobre a *Paz Perpétua* deu um significado importante a ideia de lei internacional. Ver: *Antologia ilustrada de filosofia: Das origens à idade moderna*. Nicola, Ubaldo. 2005. São Paulo, 2005. pp. 331-336.

este estabelecido por meio de uma reeducação e da formação da consciência do indivíduo, pois como seres naturais, diferentes dos animais, não podem ser deixados por sua conta, visto que tenderiam a agressividade e destruição. E através do cultivo de um ideal de paz na sociedade seria possível estabelecê-la, afim de aperfeiçoar a natureza do homem. Assim, de forma geral a paz seria: “[...] *situação de não guerra, resultante sempre de uma guerra precedente, e que engendra e explica a guerra seguinte, numa continuidade ‘guerra e paz’ que marca o ritmo profundo das relações entre as unidades políticas*” (KANT, 2005, p.140). Logo, definir a paz como não-guerra, faz com que a paz esteja sempre vinculada a noção de guerra, e consequentemente a natureza do homem. Observe que esta perspectiva, mesmo partindo de uma fonte que trata da natureza de uma forma vaga, demonstra o quanto este pensamento ainda é sustentado e defendido nos tempos atuais.

Para citar um exemplo mais específico, Dadoun⁴ explicita que:

“Remontando às trevas do tempo, o extermínio é uma das práticas características do homo sapiens. Os massacres e os genocídios pontuam todo o curso da história. Homens, agrupados em torno de uma crença ou de um projeto, precipitam-se sobre seus semelhantes – mas semelhantes diferentes – para matá-los, matá-los em massa, matar o maior número possível [...]” (DADOUN, 1998, p.10).

Dadoun propõe a definição de *homo violens*, porque considera a violência uma característica essencial, e constituinte do homem. Para ele, não há qualquer aspecto da realidade humana que não esteja a ela associado. É o extermínio, obcecado pela quantidade, e pelo poder apresentando-se através das guerras. E embora a guerra seja uma violência institucionalizada e ritualizada, ainda assim pressupõe a busca da paz, pois também possui ‘regras e leis’. Para compreender, basta lembrar dos genocídios promovidos por Hitler (NYE, 2009, p.120) em que o terror expressou-se através de atos de violência visando a um objetivo definido. Ou seja, é a violência colocando-se como subproduto de uma violência antecedente. É nesse sentido que Dadoun tratou da existência humana, cercado a realidade sobre a violência natural do homem, e o fato de a violência ser constatada ao longo da história dos seres humanos. De acordo com o

⁴ Róger Dadoun, professor e filósofo. Escreveu um ensaio acerca da natureza da violência, para explicar seu posicionamento sobre os percursos da violência da alteridade e da identidade. As alteridades violentas estão em torno de um “eu” que se sente vitimado, atacado. Segundo ele, na vida cotidiana as coisas são percebidas mais ou menos desta maneira, tendo em vista que a vida diária se desenvolve sob uma grande quantidade de pequenas alteridades violentas. É a partir do outro, portanto, que ameaças, agressões, hostilidades e duros golpes atingem o homem fundamentando-se nele. De acordo com o autor, ao declarar o outro como detentor da violência, chega-se a uma medida identificadora em que só é possível descobrir a identidade pessoal quando se evacua no outro o mal, ou seja, o violento que cada um traz em si. Ver obra: *A violência: ensaio acerca do “homo violens”*. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

pensamento do autor, a violência acompanha os seres humanos desde os primórdios da sua existência (DADOUN, 1998, p.11). E para explicar ou fundamentar a concepção de que a guerra e a violência são inerentes aos seres humanos, observou-se que os homens, durante toda sua história, sempre estiveram de alguma forma envolvidos em guerras ou recorrido à violência para resolver seus conflitos. E ainda, embora não se possa apontar quando exatamente se dá à origem de determinado ato violento, pode-se dizer que o indivíduo quando nega sua própria estrutura, considera que não só a violência é a violência do outro, como é o outro, que carrega em si a violência (RIZZI, 2008, p.72). A exemplo disso, o Aron explicita tal visão:

“À guerra é de todas as épocas e de todas as civilizações. Os homens sempre se mataram, empregando instrumentos fornecidos pelo costume e a técnica disponível: com machados e canhões, flechas ou projéteis, explosivos químicos ou reações atômicas; de perto ou de longe; individualmente ou em massa; ao acaso ou de modo sistemático.” (ARON, 2002, p. 219)

No decorrer da história, a propagação da violência pôde ser constatada pelo mundo, de forma visível, através de incontáveis casos de violência, como também em situações de Estados em que há a guerra declarada, logo, a utilização da violência no percurso histórico da humanidade acabou por ser naturalizado, tornando-a legítima (BERGER e LUCKMANN, 1974, p.246), Este fato pode ser explicado, porque socialmente os seres humanos sempre viveram e se organizaram em culturas de guerra e da violência. Ainda assim, alguns estudiosos defendem a ideia de que a natureza do homem “ainda” pode ser modificada, a exemplo disso, Galtung⁵ explicita:

“Es necesario rechazar el malentendido popular que asegura que “la violencia es propia de la naturaleza humana”. El potencial para la violencia, así como para el amor, son propios de la naturaleza humana; pero las circunstancias condicionan la realización de dicho potencial. [...] Las grandes variantes de la violencia pueden explicarse fácilmente en función de la cultura y estructura: violencia cultural y estructural causan violencia directa, y emplean como instrumentos actores violentos que se rebelan contra las estructuras y esgrimen la cultura para legitimar su uso de la violencia. Obviamente, la paz también debe construirse desde la cultura y la estructura, y no sólo en la “mente humana.” (GALTUNG, 2004. p. 3)

Diante disto, pode-se observar que as reflexões sobre a paz e a guerra não foram recentes. Desde a antiguidade até os dias atuais, ideias foram trazidas advindas de pensadores das mais diversas áreas do conhecimento. Seria até muito arriscado dizer quem foi o primeiro

⁵Johan Galtung nasceu em 24 de outubro de 1930 na cidade de Oslo, Noruega. Formou-se em Matemática e Sociologia na Universidade de Oslo. Ver artigo: Violencia, guerra y su impacto. Sobre los efectos visibles e invisibles de la violencia. pp. 1-29. 2004.

a escrever sobre o tema. Contudo, os trabalhos sobre guerra/paz foram realizados, de forma similar, e complementar, ocasionando num entrelaçamento das várias perspectivas e consequentemente na mesma lógica de violência. Logo, diante do reconhecimento de uma cultura voltada para guerra, Galtung defendeu a possibilidade da construção de uma cultura voltada para a paz, onde nas sociedades em que a violência se manifesta de diversas formas a possibilidade da inserção de um pensamento voltado para uma cultura pacífica se colocaria com um grande movimento em oposição a isso, baseada em valores e atitudes voltadas para a interação social e disseminação de valores como igualdade, justiça e dignidade humana. Até então estas seriam a essência da paz. Muito embora, o fato de que a paz como símbolo de justiça, equidade, e equilíbrio da vida em sociedade, seja interpretada por vezes com relatividade e em função da guerra.

O que faz com que a paz seja de tão difícil interpretação, é o fato dela só ser desejada e buscada através de um centro do poder ou Estado, para ser mais clara através de uma concepção militarista. E isso faz com que o sentido da paz não mais esteja associado a justiça e o equilíbrio, mas ao fenômeno da guerra e a vitória. Assumindo uma dimensão de segurança estabelecida sobre um sistema centralizado e expressando uma dimensão imperialista de si. Neste caso, carregando a ideia de tranquilidade e bem estar da tradição romana, como também de tradições religiosas, que influenciaram indelevelmente o pensamento ocidental. Sabe-se, no entanto, que estas mesmas tradições tiveram seus fundamentos derrubados, com o surgimento dos pensamentos filosóficos e com a necessidade de outras justificativas para a aspiração da humanidade pela paz. Se podemos dizer que um dia houve e ainda há uma filosofia para a paz, então por tarefa obrigatória, deveria ter se interrogado mais sobre o fenômeno da violência, para definir sistemas de valores (justiça, liberdade, autonomia, direitos humanos) a fim de garantir as condições de equilíbrio social de modo a manter a sociedade aquém do limite que marca o abandono. O homem precisa se retirar do estado de natureza, se permitir ultrapassar a violência original, para então mudar e com ele mudar a humanidade, para que esta tenha a possibilidade de resistir, e se reinventar.

1.1 A vontade de guerra: a lógica em “O homem lobo do homem”

De início, para tratar da paz, é preciso antes tratar da Guerra. Pois muito embora sejam conceitos difíceis de se delimitar, mesmo contrários, são complementares, no que concerne a existência humana. Sendo assim, para compreender o que é a guerra, primeiramente faz-se necessário buscar uma clareza sobre sua natureza, e quais pressupostos cerceiam a busca por

seu entendimento. Para isso Heráclito⁶, que considerava a guerra como a lei que regulava o mundo, e que independente do antagonismo dominante, sempre iria remeter a uma lei de harmonia. Segundo este autor, em sua tese, não poderia existir vida sem antagonismo, visto que coisas que se opõem para existir, necessitam uma da outra para estabelecer harmonia, assim como é a luz para clarear a escuridão. Segundo explicita: “*A guerra é pai de todas as coisas, de todas é o rei; revela uns como deuses e outros como homens, de uns faz escravos, e de outros homens livres*” (HERÁCLITO, 1969, p. 20). Na perspectiva de Heráclito, a guerra foi encarada como a própria figura do conflito que ela representa e que tem uma dimensão para além do domínio metafórico, caracterizando a expressão máxima da divergência e do conflito, sendo este essencial e indispensável. Note que isso constituiu-se como uma importante influência e concepção nos estudos de guerra, pois implicou em seus termos, que a guerra por ser uma solução radical e extrema, ainda assim privilegia a paz, e que a paz nada mais é do que a não-guerra. Nesse sentido, entende-se que sempre irão existir guerras entre opostos, visto que é a partir disto que nasce a conciliação e a harmonia.

Assim, na busca pelo entendimento do sentido da guerra, compreendeu-se algumas definições, tais quais como a dos escritos de Heráclito. No entanto Maquiavel⁷, também trouxe grandes contribuições acerca da compreensão da guerra, em que o grau de competência para guerra ou para paz constitui-se como algo essencial, e sob o qual está baseado todo o eixo da administração de um Estado e suas políticas, sejam elas para a paz ou para guerra. Segundo explicita Maquiavel, os homens: “[...]são ingratos, volúveis, falsos, covardes, avaros e, enquanto estão ganhando, eles estão com você, lhe oferecem o próprio sangue, os bens, a vida, e os próprios filhos [...]” (MAQUIAVEL, 2011, p. 132). O que demonstra que estes atributos negativos compõem a natureza humana, e que o conflito é consequência de paixões e instintos malévolos, e como estes são impossíveis de se extinguir, logo é impossível extinguir os conflitos também, pois a natureza humana acompanha a história e repete-se continuamente, o que não justifica o uso da força, mas reitera que o uso da força é um dos alicerces do poder. Pois é nela que se fundamentam os jogos da política, e que faz com que as paixões tornem-se a virtude do homem, em que não cabe moralidade, nem ética, mas a subversão ou até mesmo a transmutação das concepções pacíficas. Hobbes também explicita esta visão:

⁶ Heráclito de Éfeso (cerca de 540-480 a.c.), teórico que em sua filosofia desafiou a mentalidade comum, refletindo sobre a própria existência e sobre a razão que governa todas as coisas. O autor considera a guerra como uma experiência formativa do ser humano. Ubaldo. 2005, pp. 17-20.

⁷ Nicolau Maquiavel, teórico renascentista que tornou-se o primeiro a compor um manual político para quem governa. *Ibid.* pp.193-196.

“O estado de natureza retrata a maneira pela qual os indivíduos, sendo o que são, se comportariam inevitavelmente se não houvesse nenhuma autoridade para obrigar ao cumprimento da lei ou do contrato. [...] Esse comportamento seria inevitavelmente uma luta incessante dos indivíduos, uns contra os outros, uma luta de cada um deles pelo poder sobre os outros. A intenção de Hobbes, claro, é mostrar que essas condições frustrariam inevitavelmente o anseio de todos os seres por “viver comodamente” e de evitar a morte violenta, e que portanto todo indivíduo ponderado deveria fazer o que fosse preciso para se proteger contra essas condições e que só a aceitação, por todos os indivíduos, de um poder soberano absoluto é suficiente para proteger contra elas” (HOBBS, 2003, p. 47).

Esta ideia nos leva a reflexão de que, se os homens fossem completamente bons, esses preceitos não se manteriam, visto que, no cerne da natureza humana não existe sociabilidade e nem amor advindo de forma natural, mas a busca por suprir suas necessidades e vícios. Para compreender, o próprio Hobbes⁸ não via a natureza humana como algo definível, mas sim mutável, cíclica e racional dentro da sua totalidade. Para este autor, o homem em si é carregado de instintos e preconceitos (de raça, comunidade), esta percepção inclusive deu base à sua “teoria da natureza humana”, e conseqüentemente para sua teoria política. Veja, sabe-se que os indivíduos são dotados da razão e, por isso, da previsão prática, logo eles desenvolvem estratégias e procuram se precaver através de quaisquer meios, contra possíveis ameaças. Estar sempre precavido, implica em fazer consideráveis esforços para sua segurança e com isso, surgem as estratégias de desconfiança ofensiva, o que aumenta esse posicionamento de maneira significativa à medida que os indivíduos passam a contar com o pior (previsão) antecipando-se à violência do outro e atacando-o, isso é o que aumenta as próprias possibilidades de sobrevivência; partindo então da lógica de Hobbes, o antecipar-se ao outro torna-se seguro, pois o confiar na intenção pacífica do homem tornou-se altamente irracional, visto que o ser racional é o servir aos próprios interesses (HOBBS, 2003, CAP. III).

Assim é a ideia de um estado de guerra, do ponto de vista hobbesiano, que esteve diretamente ligada a esta condição natural do homem, onde o indivíduo, visto de forma idealista como sociável e bom, nos impele de enxergar a verdade, e com isso identificar a natureza dos conflitos, posto que os conflitos derivam das paixões e do comportamento dos homens. Logo é preciso observar seu comportamento belicoso em determinadas situações, para compreender sua condição natural, condição esta, que já é uma pré-condição a guerra, posto que o homem se imagina continuamente na condição de perigo, cercado de desconfiança, de “guerra de todos contra todos”, assim, defender-se através dos meios que houver é uma questão de sobrevivência.

⁸ Hobbes (1588-1679), filósofo inglês que dedicou sua vida aos estudos clássicos. Fez seu nome por meio da obra *Leviatã*, em que considerava o Estado um Deus mortal. Expressou-se através do mecanicismo científico e absolutismo político. Ver: Antologia ilustrada de filosofia: Das origens à idade moderna. Nicola, Ubaldo. 2005. São Paulo, 2005. pp.235-240.

A exemplo disso, sobre o modelo hobbesiano: “[...]o estado de natureza é uma condição de que a humanidade precisa absolutamente de sair; [...]. Contraposto ao estado de natureza, entendido como estado de guerra, o estado de Paz é a sociedade civilizada”. (HOBBS, 2005, p. 913)

Por causa desta lógica intrínseca e inevitável de ‘antecipação da violência’, é que o estado de natureza radicalmente contrapõe a visão da paz, pois nada seria mais racional do que a auto preservação. Na visão hobbesiana a paz como um estado de *endstate*, ou seja de fim da violência, guerra e miséria seria desinteressante. Hobbes considerava que esse fim (a paz) não era tão importante quanto a outra extremidade.

Em outro exemplo, Locke⁹ também explicita seu pensamento acerca da guerra:

“O estado de guerra é um estado de inimizade e de destruição; por isso, se alguém, explicitamente ou por seu modo de agir, declara fomentar contra a vida de outro homem projetos, não apaixonados e prematuros, mas calmos e firmes, isto o coloca em um estado de guerra diante daquele a quem ele declarou tal intenção, e assim expõe sua vida ao poder do outro, que pode ele mesmo retirá-la, ou ao de qualquer outro que se una a ele em sua defesa e abraça sua causa; é razoável e justo que eu tenha o direito de destruir aquele que me ameaça com a destruição. Segundo a lei fundamental da natureza, que o ser humano deve ser preservado na medida do possível, se nem todos podem ser preservados, deve-se dar preferência à segurança do inocente; você pode destruir o homem que lhe faz guerra ou que se revelou inimigo de sua existência, pela mesma razão que se pode matar um lobo ou um leão: porque homens deste tipo escapam aos laços da lei comum da razão, não seguem outra lei senão aquela da força e da violência, e assim podem ser tratados como animais selvagens, criaturas perigosas e nocivas que certamente o destruirão sempre que o tiverem em seu poder” (LOCKE, 2005, p.39).

A partir desse pensamento, pode-se notar que as guerras são fatores que contribuíram não só para a construção do pensamento hobbesiano acerca do estado de natureza, como também a constante que marca de fato a natureza do homem, embora também contribua para a formação de ideais pacifistas e conseqüentemente pensamentos cosmopolitas¹⁰. Locke, foi um dos que abraçaram esta causa, ao final do século XVII. Tanto Locke quanto Rousseau, reconheceram o papel importante da guerra na política.

Rousseau¹¹ por sua vez, sustentava que somente por meio de um acordo e da subordinação do homem, este superaria sua natureza e evitaria uma situação de conflito,

⁹ Locke (1632-1704) filósofo e teórico da democracia moderna, defendeu o liberalismo em oposição ao absolutismo de Hobbes. Ver: Antologia ilustrada de filosofia: Das origens à idade moderna. Nicola, Ubaldo. 2005. São Paulo, 2005. pp. 268-279.

¹⁰ Cosmopolitismo: “doutrina que nega as divisões territoriais e políticas (pátria, nação, Estado), afirmando o direito do homem, particularmente do intelectual, a definir-se como cidadão do mundo.” Ver: Bobbio, Norberto et el. 2010. p.295.

¹¹ Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) filósofo que criticava a sociedade moderna. Para o autor, o indivíduo hipotético, que vive isolado no estado de natureza é superior ao civilizado do ponto de vista ético. Tornando-se

estabelecendo uma vida pacífica. Mas ainda assim, não seria garantia posto que as relações de poder são instáveis, cercadas de desconfianças e disputas. A própria situação de guerra é o produto desta instabilidade, ou seja, nada pode nos garantir uma condição de paz contínua, pois esta condição depende da vontade dos homens, que é subproduto de suas paixões. Logo, a construção de uma ideia de paz, seria uma limitação a própria noção do que seja a paz, posto que, os conflitos, formariam evidências contundentes de que não evoluiu-se do ponto de vista da natureza e que ainda hoje vivemos no mundo regido por este estado (HOBBS, 2003, CAP. VIII).

Para Hobbes, um acordo com fins de uma convivência pacífica e cooperativa não seria possível. Tendo em vista que um simples acordo de paz não conduziria o homem para fora de seu estado de natureza, e não haveria quem garantisse que, os indivíduos respeitassem um acordo geral de não violência, sem que com isso lucrem através da disponibilidade dos outros. Dentro desta lógica, o Estado que foi criado para afastar o *status naturalis* é, negativamente qualificado por este mesmo *status naturalis*, permanecendo em sua dimensão na luta pela autopreservação e assumindo a lógica de prevenção e suspeição que este desenvolveu (KERSTING, 2004, p. 2).

Segundo Hobbes:

[...] cada soberano possui o mesmo direito de cuidar da segurança do seu povo que tem cada ser humano para cuidar da segurança do seu próprio corpo. E a mesma lei que prescreve aos homens o que têm que fazer ou deixar de fazer a respeito do seu comportamento mútuo, prescreve-o igualmente aos estados.” (HOBBS, 2005, p. 269)

Sendo assim, “a paz hobbesiana” apoiou-se duplamente, para dentro e para fora, num estado de intimidação. E essa capacidade dupla de intimidação dá ao Estado a aparência de máquina pacificadora armada ao extremo, adaptando-o estrategicamente às condições da política de intimidação externa/interna. Essa lógica leva a noção de que o mundo entre os estados possui como alicerce de sua estrutura à guerra, e que isto não pode ser eliminado por qualquer ideal pacificador da desconfiança racional. Há assim, a ideia de que não se pode realizar mais do que um momento de paz entre estados de guerra, ou que não há uma ausência da guerra, segundo as condições hobbesianas.

melhor a partir do equilíbrio entre a natureza e o ambiente. Ver: Antologia ilustrada de filosofia: Das origens à idade moderna. Nicola, Ubaldo. 2005. São Paulo, 2005. pp. 302-315.

Já a “paz kantiana” se coloca completamente em oposição, sendo o resultado de uma consequente codificação das relações conflituosas no mundo da liberdade interna/externa. A violência pode até ser característico da natureza dos homens e dos Estados, mas ainda assim a violência surgida destas relações poderia ser codificada e passível de resolução, visto que este mesmo mecanismo da natureza, seria capaz de produzir o efeito reverso.

1.2 A vontade de paz “por Kant e em Kant”: A inversão de um princípio moral

Partindo então do princípio da paz kantiana, questionar a moral a partir desta visão é algo imprescindível, visto que, a concepção do ser moral, demonstra que a “moralidade” concebida pelo homem como virtude apresenta um certo tipo de critério para avaliar e julgar o próprio indivíduo e suas ações perante o restante da humanidade. Humanidade esta que dentro de sua racionalidade elabora e dita o que é o ser moral. Perceba que a finalidade aqui não é qualificar de forma pejorativa a natureza humana como sendo exclusivamente abusiva, mas valorizar através da exposição desta natureza (hobbesiana), a linha de pensamento que defende o homem enquanto ser pacífico. Assim, segundo Kant: *“A moral é já em si mesma uma prática em sentido objetivo, como conjunto de leis incondicionalmente obrigatórias [...]”* (KANT, 1795, p.34). Sendo assim, a moral é aqui entendida no sentido de uma condição obrigatória ao homem e ao mesmo tempo limitadora do homem, em que não se pode optar por ser o que se é, mas pelo que se deve ser.

Nesse sentido, observou-se que Kant retirou o tema da paz do domínio religioso, do imaginário utópico e do sentimento comum, inserindo-o no domínio da racionalidade e da filosofia crítica. O autor questionou sob que circunstâncias a guerra era um mal aceitável e para ele a resposta estava no estabelecimento da paz, por meio da formulação de uma constituição, regida por leis, entre os quais o Estados obedeceriam. Diante disso, o “viver todos com justiça e harmonia”, foi o princípio idealista mais importante de Kant, que acreditava que o arbítrio e a mediação seriam a fórmula da paz, e que a guerra seria uma reação irracional de autodefesa, que vai totalmente contra lei. Mas embora para Kant, a guerra fosse regida por um princípio concebido a partir da ausência de legislação, reconhecia também que sempre haveria a necessidade do uso da força na auto defesa contra Estados agressores, e que mesmo que esta possibilidade não contribuísse com nada na busca pela paz, a encarava como um mal da humanidade, e que estava diretamente ligado a natureza humana, sendo assim impossível de se abolir de forma imediata. Kant também demonstrou consciência na ideia de que a paz e a

prosperidade são de corrupção e forças decadentes, porque sem luta os seres humanos e as sociedades padeceriam e morreriam. Sendo a guerra e os conflitos a saúde da sociedade.

Aqui novamente volta-se a questão da natureza humana, ligada ao egoísmo, as virtudes e a paixões. Paixões que deveriam ser dominadas pelos homens, mas sendo estes incapazes de fazê-los, a obrigatoriedade das leis (em Kant), entrariam como suporte a esta realidade. Visto que através das leis, se estabeleceria o ideal de paz defendido pelo o autor, em que afirmou ser necessário, pois a guerra não era a forma mais correta de se lutar por direitos, e estava ligada a aceitação irracional da lei do mais forte. Só que a lei do mais forte é um princípio que rege desde os primórdios a natureza humana. Logo, não seria mais realista e racional, obter e sustentar a paz através de coalizões, levando-se em consideração que o homem é regido por suas ambições/paixões, e com isso obter vantagens que possam favorecer a possibilidade de paz em vista da guerra? Este pensamento considera a ideia de que estabelecer a paz através da ameaça tornou-se de fato um mal por vezes necessário. E esta concepção de guerra como mal necessário tem sido defendida baseando-se no significado da guerra para a sociedade, visto que está estreitamente ligada às teorias do progresso, pois o progresso da humanidade vem e sempre vieram por meio de guerras (CLAUSEWITZ, 2010, p. 77).

A guerra é apresentada aqui na linguagem comum sob três aspectos, tais quais:

“A guerra é necessária para o progresso moral da humanidade, porque desenvolve energias que em tempos de paz não tem possibilidades de se manifestar, e incita os homens aos exercícios de virtudes sublimes, como a coragem heroica, o sacrifício de si mesmo em prol de um ideal, o amor à pátria, sem as quais nenhum grupo social teria condições de sobreviver. A guerra é necessária para o progresso moral da humanidade, pois torna possível a unificação dos povos diversos em comunidades cada vez mais vastas, contribuindo assim para o fim ultimo da história que é a unificação do gênero humano. A guerra é necessária para o progresso técnico, porquanto a inteligência criadora do homem responde com maior vigor e resultados mais surpreendentes aos desafios que o contraste com a natureza e com os demais homens lhe apresenta de quando em quando; a guerra é certamente um dos maiores desafios que um grupo social tem de enfrentar para sobreviver.” (BOBBIO, 2010, p. 914)

Em concordância com este pensamento tem-se a ideia de paz como um bem insuficiente, à medida que esta não pode assegurar uma vida social perfeita, prospera e tranquila. Sendo a paz entendida não como a principal condição para a realização destes, mas uma das condições como também é a justiça e a liberdade. A paz defende a garantia da vida, mas este não é o único objetivo que o homem busca, pois considera outros anseios superiores. Eis a questão, em que o ideal cosmopolita de Kant falha, pois a medida que sua ideia traz a noção do estabelecer-se a paz através da superação da natureza limitadora do homem, esta então se perde. Sabe-se que a

sociedade humana produz o fenômeno do conflito, devido as suas características: falsidade, egoísmo e ganância. Logo, é impossível eliminar o conflito, como é improvável estabelecer-se uma transcendência desta natureza do ponto de vista racional, e garantir isso é garantir o impossível. Kant, aceitou a natureza irracional do homem, mas não concebeu a ideia de que a limitação do indivíduo frente a situações controversas e que incite o extremo de sua natureza, o afaste do seu ideal de abolir as causas da guerra. Objetivar a paz não é suficiente para obtê-la devido ao fato de que não há uma necessidade real de encontrar base que dê suporte a esta condição e nem as vantagens resultantes dela, vantagens estas, que dependem totalmente dos aspectos morais do homem e da possibilidade de sua reconstrução, pois segundo Clausewitz: “*Até mesmo os povos mais civilizados, em suma, podem ser inflamados por um violento ódio uns pelos outros*” (CLAUSEWITZ, 2010, p.76).

Frente a este fato, Kant explicita:

“O estado de paz entre os homens que vivem juntos não é um estado de natureza (*status naturalis*), o qual é antes um estado de guerra, isto é, um estado em que, embora não exista sempre uma explosão das hostilidades, há sempre todavia uma ameaça constante. Deve, pois, instaurar-se o estado de paz; a omissão de hostilidades não é ainda a garantia de paz e, se um vizinho não proporcionar segurança a outro (o que só pode acontecer num estado legal), cada um pode considerar como inimigo a quem lhe exigiu tal segurança.” (KANT, 1795, p.10)

Considerando então estas ideias, faz-se necessário o seguinte questionamento: Se a paz é em si sem causa, então a paz é também um estado de natureza. E se é um estado, não pressupõe uma causa, nem imposição, portanto não necessita de ser institucionalizada, visto que o estado de paz é uma obrigação moral do homem, por ser este intrínseco a ele. Logo, se é verdade que o homem nasce bom, e é corrompido através da má influência do meio em que vive, reiterando a ideia da necessidade de um contrato, para seu estabelecimento. Então, poder-se-ia dizer que, o homem em seu estado de natureza seria superior ao civilizado. Pois, muito embora o homem civilizado acabe agregando, devido ao desenvolvimento de seus conhecimentos e necessidades supérfluas, vícios gerados pela decadência moral da nossa sociedade, do ponto de vista ético, isso o torna passível destes mesmos vícios, tornando o homem livre, um homem submetido as exigências de sua nova natureza e não um homem de natureza pacífica e boa.

Logo, pressupõe-se que a construção da ideia de bondade, a que se atribui ao estado de natureza do homem não cabe como argumento para o estabelecimento de um bem comum como a paz, pois o nível de desenvolvimento e degeneração da sociedade é tão alto, que nem as leis que a regulam são capazes de estabelecê-la. É fato, que para Kant, a única forma de estabelecer a paz seria através do direito, pois este em sua razão condena a guerra sob quaisquer aspectos.

E ainda que o direito, baseado no emprego da violência, não seja aplicável às relações interestatais, mas o moderno direito internacional sim, pois este é totalmente de espírito kantiano, e diferentemente do antigo direito internacional, é um direito da paz e nega irrestritamente aos estados o direito de guerrear, estabelecendo-se como a coluna de sustentação da concepção da paz internacional (KANT, 1795, p.30).

A construção do pensamento kantiano esteve aqui fundamentada na ideia de que o direito internacional¹² só é válido num estado civil internacional, decorrente de um pacto válido também entre os Estados. Assim, somente através deste pacto, se realizaria a passagem do estado de natureza (segundo o pensamento hobbesiano de estado de guerra) entre os indivíduos, para um estado de direito. Logo, para Kant a paz só seria possível, mediante a constituição de um direito internacional legítimo, e este só poderia ser realizado mediante a formação de Estados livres. E este direito somente seria validado, se vinculado a um estado civil entre Estados (KANT, 1795, p.40). Embora o autor, não tenha explicado como garantir esta união e sua permanência como garantia de uma harmonização dos conflitos.

Uma das questões centrais na busca pela ideia de paz, e uma possível superação do fenômeno da guerra enquanto instrumento político, seria a busca constante por seu esclarecimento, como também seu afastamento da ideia de ausência, o que demanda uma reestruturação. Ou seja, a paz pensada a partir do caráter moral do indivíduo e não racional do Estado, pois estes estão sempre preocupados com o poder e suas capacidades militares de influenciar os outros, sendo movidos pelo interesse e ignorando a ‘reciprocidade’ das relações. Este elemento deve ter um peso maior, pois pressupõe a almejada justiça e paz no sistema internacional. Os primeiros abalos da racionalidade ocidental acerca desta ótica, foram os primeiros movimentos de não-violência¹³. Segundo Gene Sharp¹⁴, um dos maiores estudiosos da não violência, foi através de Gandhi, que acreditou que o recurso a violência armada só iria aumentar a violência no mundo. Se referia a não violência como *satyagraha*, um termo que significava uma modalidade de luta caracterizada pela verdade (em favor de causas justas). Entendeu a expressão também como “força do amor” ou “força da alma”. A força do homem,

¹² “O direito internacional resulta das relações entre Estados independentes. O seu conteúdo em si e para si tem a forma do dever ser porque sua realização depende de vontades soberanas diferentes” (HEGEL, Princípios da filosofia do direito. Lisboa: Guimaraes, 1990).

¹³ Movimento que teve suas raízes no século XIX. O conceito de não-violência é entendida aqui como não uso da força militar, sendo composta por dois lados, o primeiro com uma conotação negativa, ao recusar qualquer recurso à violência e ao ódio; e o segundo, uma conotação positiva de buscar realizar algo pela paz.

¹⁴ Gene Sharp, doutor em filosofia na teoria política da Universidade de Oxford. Ele já escreveu mais de uma dúzia de livros, dezenas de panfletos e artigos. Também ativista político, escreveu em seu livro: *Os métodos da ação violenta*, diversas estratégias, envolvendo métodos de protesto e persuasão não violentos, métodos de não cooperação social, métodos de não cooperação econômica, métodos de não cooperação política e métodos de intervenção não violenta. Ver: *The politics of nonviolent action*, 1973.

a força espiritual, não pode, por si mesma, opor-se de forma eficaz à força da injustiça que mata os homens (UNESCO, 2010, p. 80). A “*contribuição mais significativa à história da técnica não violenta, com suas experiências políticas no uso da não-cooperação, desobediência, objetivando controlar governantes, alterar políticas governamentais e minar sistemas políticos*”. (SHARP, 1973, p. 82). As experiências de Gandhi (na África do Sul e Índia) objetivaram as lutas por mudanças políticas, se utilizando dos movimentos de não-violência, e dos movimentos pacifistas¹⁵, estes foram um referencial forte para as interpretações dos conceitos de paz. Gandhi, se rendeu ao conceito puro de não violência, como fundamento do direito do homem. A não violência, afirmava ele, era o ponto de partida e o objetivo final da filosofia. É necessário reconhecer que a expressão “não violência” é estranha à nossa cultura e ausente em nossa língua (SHARP, 2010. p.81).

Martin Luther King, com suas greves contra as ações que proibiam aos negros de frequentarem os mesmos ambiente que os brancos, tornou-se outro entre diversos movimentos que foram extremamente significativos contra a violência e contra aquilo que consideravam como um sistema social desigual e injusto. Segundo Sharp, estes movimentos de não violência tiveram suas raízes no século XIX, através de grupos nacionalistas, fazendo frente a governos e políticas desiguais.

¹⁵ O pacifismo se opõe completamente à matança em massa, por razões políticas. Um pacifista rejeita a guerra, pois acredita que não há razões morais que possam justificar um Estado a recorrer à guerra. A guerra, para um pacifista, é sempre uma ação errada. Há exemplo deste pensamento, *Edward Said*, recusava-se a optar pela tomada de medidas brutais em prol da defesa de si mesmo e/ou de seu país. Para o autor manter a pureza moral era de fato mais importante Ver: Bobbio, 2010, p. 875.

2 GUERRA E PAZ: UM DUALISMO ESTRUTURAL

Depois de termos levantados os primeiros traços acerca dos pensamentos de paz e da guerra, é importante trazer também outras concepções, revelando os pensamentos que cercam a natureza deste fenômeno e abrindo para uma nova visão. A paz, atualmente, tem-se constituído num campo muito propício para discursos que são facilmente considerados de pequena relevância. E ao levantarmos uma discussão sobre a paz, percebe-se que estes se espelham hoje em alternativas para à violência, a paz como segurança e tranquilidade, mas sem o vigor e densidade de outras perspectivas.

Tradicionalmente, o conflito costuma ser encarado como o oposto da paz. No entanto, o conflito é visto aqui tanto como o fundamento da existência da sociedade como também do homem na sociedade. E como o homem é um ser dotado de razão e está continuamente em busca de uma felicidade que espera alcançar através da satisfação de suas paixões, ele raramente faz algo sem um propósito. Assim, tendo em si objetivos, e utilizando-se de meios que mesmo sendo inapropriados o farão atingir seus fins, o homem, não desperdiça sequer um pensamento pelo qual não vá colher alguma satisfação. Os conflitos são normais e não são necessariamente positivos ou negativos, são apenas produtos da resposta que o homem dá frente a estes fenômenos, é isso que os tornam construtivos ou destrutivos. Partindo então desta compreensão de conflitos, é que emerge a importância de se compreender em que sentido estes surgem, pois as lutas não buscam necessariamente a guerra, mas a mudança.

2.1 O fenômeno guerra-paz: A essência e causa na natureza humana

A busca pelo sentido da paz e da guerra, é realmente complexo, e embora na busca por uma definição, isto esteja ainda longe de ser alcançado, pôde-se observar que por algumas vezes a filosofia, segundo seus pressupostos, procuraram explicar os conceitos através de diferentes análises teóricas, buscando esclarecer a essência das coisas, seus significados frente ao mundo e através dele, como também o que as define. Logo, pensar no caso específico dos fenômenos da paz e da guerra, como também as causas de um em detrimento do outro, remete a um sentido de esclarecimento, a que isso conduz, e o que esta verificação traz de novo.

Assim, na tentativa de desvendar o que de fato comporta os conceitos em sua essência e causa, sua verificação tornou-se demasiada importante. Diante disso, é necessário a utilização de orientações que tenham como objetivo o critério da verdade e a utilização do senso prático.

Assim, se colocam os pensamentos de Peirce¹⁶ sobre os significados. Segundo o autor: “o significado de um conceito é a consequência do que ele produz” (UBALDO, 2005, p. 442). Logo, pensar no que comporta os sentidos de paz/guerra, tornou-se também importante. O fato é que ambos os termos (Paz/Guerra) não possuem capacidade explícita para se auto definirem de forma independente, o que constitui-se aqui, como uma das dificuldades na busca por uma compreensão, havendo só um ponto em comum, o finalismo existente em seus significados.

Descreve-se como finalismo, o resultado da relação existente entre a ação e o objeto que se busca. Nesse caso, pensar no pragmatismo como base para o entendimento de um conceito, se dá devido ao fato de que o realismo de Peirce, ao mesmo tempo que aponta os erros tanto do nominalismo¹⁷ quanto do subjetivismo¹⁸, expõe a crença na realidade do conhecimento, no sentido de explicar o que entendemos por verdade e o que de fato é a realidade de um objeto. É nessa esfera de fatos reais, cuja existência independe das nossas opiniões, que Peirce afirma que o método científico deve nos orientar a compreender, uma vez que a verdade não se constitui a partir daquilo que pensamos que ela seja, mas como uma adequação ao real, isto é, pela repetitividade das consequências práticas previstas a partir de experiências. Logo, na medida em que o pragmatismo propõe-se como um método científico para determinar o significado de conceitos intelectuais, mesmo podendo ser contestado, Peirce nega a ideia de que o pensamento interprete a si mesmo, pois vê o pensamento complexamente estruturado numa relação, em que algo significa alguma coisa para alguém de alguma maneira. E este seria o caráter relacional do pensamento (UBALDO, 2005, p. 441).

É exatamente no sentido de esclarecer esta noção de significação, que recorrer a esta prática científica, demonstra-se importante, visto que pensar no significado de paz/guerra é pensar nas consequências que estes carregam em si, e que estas consequências podem ser vistas com significados diversos (finalistas) para o indivíduo, sendo caracterizadas como objetos, um em detrimento do outro. Existe um finalismo presente no estado de paz, pois este é um anseio do indivíduo frente aos conflitos, desta forma o homem a vê como resultado de uma guerra, o que faz com que existe também uma espécie de finalismo presente no estado de guerra, pressupondo consequentemente um estado de paz. Pois, se a guerra está para a paz, como a paz

¹⁶ Charles Sanders Pierce (1839-1914) foi o fundador da doutrina filosófica do pragmatismo. Seu modelo baseava-se na ideia de clareza e entendimento acerca de um determinado conceito, através de suas consequência e práticas. Considerado uma doutrina por uns, e um método investigativo por outros, o modelo se opunha completamente aos dogmas, e as teorias artificiais. Para Pierce, as teorias são instrumentos e não respostas de uma investigação. Ver: *Antologia ilustrada de filosofia: Das origens à idade moderna*. Nicola, Ubaldo. 2005. São Paulo, 2005. pp. 440-448.

¹⁷ Nominalismo é a doutrina que nega a existência real dos gêneros, aceitando somente a existência do individual e do particular. Bueno, Silveira, 2007, p. 542.

¹⁸ Sistema filosófico que não admite outra realidade senão a do sujeito pensante. *Ibid.* 2007, p. 730.

está para a guerra, então existe o consequente efeito de um sobre o outro. Esse efeito é obtido, através do conjunto de fatos humanos que caracterizam tais fenômenos por meio das significações, tanto a nível dos interpretantes como a nível das relações entre o indivíduo e os objetos referidos. Note que o efeito de ambos sobre o indivíduo, possui papel central, e é quem determina as consequentes ações e reações diante destes dois fenômenos (UBALDO, 2005, p.441).

Neste caso, percebeu-se que o pensamento de Peirce, materializou-se no sentido de que os termos demonstram-se com um mesmo significado, visto que em suas essências, reside um variante em comum: a força, que é vista como algo positivo. Seja ela através de um fim específico, um sentimento ou um simples estado, reduzindo-se apenas aos impactos que provocam no meio, mas mantendo elevado seu caráter intimamente prático. Isso é o que torna os termos conceitos práticos em sua essência e causa. A exemplo desta mesma compreensão, Clausewitz também afirmava que o pensamento acerca da essência dá esta noção, pois coloca como o coração da guerra, o uso da força, e neste um meio para se atingir a paz, causa/efeito/consequência. Nesse caso, a guerra como um ato de forçar o outro, na busca por um fim, expressa e delimita o fenômeno da guerra ao ato de força e da luta. O mesmo ocorre com a paz, no sentido de que um estado de paz nos motiva a compelir uma ação, em vista de um fim positivo, um fim que se torna o objeto de toda a ação.

No pensamento Aristotélico, estes termos são também empreendidos, como fenômenos transitórios, e que tem uma finalidade. Se buscarmos na filosofia, veremos que sua política, remetia ao pensamento do homem como ser racional e moral, com tendência a viver tanto em prol da paz dentro de seu meio de convivência, como em guerra constante, e que esta tendência do comportamento humano comportava uma similaridade no que se refere a conduta conflitiva ou pacífica. Assim, observou-se que o objetivo da paz nas reflexões de Aristóteles¹⁹, foram vistas somente como um fim, e que a guerra foi encarada como uma ferramenta para atingir tal propósito, segundo explicita Aristóteles: “[...] a guerra existe para a paz, e em vista dela” (ARISTÓTELES, 2000, p.540). Desta forma, percebe-se que a questão da violência/guerra coloca o fenômeno da paz como algo intrínseco a ele, e consequentemente como um desafio ao próprio homem e também a filosofia. E se tudo na natureza tem uma causa final, a ideia da

¹⁹ Aristóteles (*séc. IV a.c.*) filósofo grego, que buscava explicar o porquê das coisas serem como são, através do estudo da metafísica e da busca pela substância. Acreditava que a essência do homem é a racionalidade e que a reflexão filosófica não era útil para resolver os problemas cotidianos, mas era um ato para livra-se da ignorância. Ver: Antologia ilustrada de filosofia: Das origens à idade moderna. Nicola, Ubaldo. 2005. São Paulo, 2005. pp. 84-99.

essência de um fenômeno, remete ao que ele é, a sua descrição mais íntima, e ao que permanece imutável, constituindo-se também como objeto de reflexão filosófica.

Especificar a paz/guerra não é tarefa fácil, visto que fazem parte da essência um do outro e como tal ambos são incapazes de produzir definições como dito, apenas que na possibilidade da causa do primeiro, exista a impossibilidade do segundo. Assim, é preciso perceber o porquê da natureza de ser desta forma. Pois, segundo Aristóteles, filosofar acerca da causa é buscar continuamente a tudo que responde a um questionamento. Logo, o conhecimento sobre a causa é o que leva ao entendimento do porquê ocorrem determinados fenômenos. E para isso, é necessário que se compreenda a sua essência, especificidade, para conseqüentemente compreender a sua necessidade. Nesta junção de causa e essência, que se chega ao entendimento de um fenômeno.

Sob esta definição, a ideia de paz se coloca como um resultado transitório e resultante da guerra, e que não terá em si um fim, mas um outro início. E que pensar a paz como um fim remete a ideia de ilusão, pois segundo explicita Clausewitz: “[...]é uma completa ilusão, o ideal e uma solução definitiva e satisfatória para qualquer problema bélico.” (CLAUSEWITZ,1972, p. 51). O que não quer dizer, que não se possa construir pensamentos e teorias acerca da paz e também da guerra. Baseando-se então na ideia de pratica do autor, que muito foi apreciado por Aristóteles, pensar na guerra somente como causa e fim, é empobrecer de forma demasiada a temática da guerra. Sabe-se que existe uma linha tênue na fronteira entre guerra e paz, mas que mesmo diante disso, é necessário que se busque outras formas de ultrapassar o sentido comum atribuído a ambos, assim Bouthoul explicita:

“A fronteira entre a guerra e a paz está sempre presente na discussão daquele conceito. Segundo o senso comum, a paz é vulgarmente entendida como sendo o posto de guerra ou a sua ausência. É assim que a define Bouthoul ao escrever que “guerra e paz” são as duas faces do mesmo Janus, o reverso e o anverso da vida social.” (BOUTHOU, 1951, p. 25)

A polemologia bouthouleana é uma "ciência sociológica das guerras, dedicada ao estudo de suas causas e prevenção. Bouthoul justificava a cunhagem do neologismo *"A ciência da guerra"* (BOUTHOU, 1962, p.203) em grande parte ao fato de ser atribuída a estratégia, cultivada nas escolas militares. E conforme assevera Bouthoul, a guerra é um dos capítulos essenciais de todas as sociologias dinâmicas, no entanto numerosos obstáculos se opuseram a sua configuração científica. Um dos impedimentos que se coloca frente ao comprometimento da compreensão científica do fenômeno da guerra foram os diversos movimentos internacionais e proibicionistas da guerra. Pois estes estudos se colocam como uma explicação da história

política da guerra sob uma nova luz. E segundo Bouthoul: “*se queres a paz, conhece a guerra*” (BOUTHOU, 1962, p.203), pois sendo a guerra uma forma de violência, possui como característica essencial ser metódica e organizada frente aos grupos que fazem os caminhos que a levam. Além disso, ela é limitada no tempo e no espaço, e sujeito a regras legais que variam muito de acordo com o tempo e lugar. Todas estas características resultam da natureza organizada dos conflitos, sendo necessário conhecê-la, para combatê-la.

2.2 A analogia de guerra-paz: um princípio jurídico-filosófico

Aqui, evocar Clausewitz²⁰, partindo do princípio da violência legítima é quase uma obrigação, visto que ainda como filósofo foi quase um apologista da guerra. Tratou sua analogia, buscando identificar como o termo era concebido e utilizado como ferramenta para obter ganhos. E questionando-se sobre a existência da grandeza na guerra e qual era a sua natureza baseou-se na ideia de que a guerra fazia parte da vida social. Logo, para entender estes dois questionamentos, é preciso analisá-los sob o aspecto político e não de estratégia. Clausewitz foi durante muito tempo, tema de estudos por parte de marxistas que desde Engels e Marx²¹ o utilizaram como meio de reflexão sobre a primazia da guerra. Este que por sua vez, foi um dos poucos que procurou analisar a guerra em sua totalidade, mas que inspirado pelo princípio de Hegel²², afirmou que a guerra era algo inevitável, e que como tal era necessária à saúde espiritual dos povos, que estagnados pereceriam. Nesse sentido, sabe-se que a guerra traz insegurança, mas essa insegurança, foi colocada pelo autor como algo necessário à humanidade, que necessita estar em constantes movimentos e mudanças (GALLIE, 1979, p.52).

Passando então sobre este breve panorama, falemos sobre um dos princípios que o autor desenvolveu acerca da guerra: “*A guerra é um ato político [...] e também um eficiente*

²⁰ Carl Von Clausewitz, filósofo e general prussiano, estudou o fenômeno da guerra na sua complexidade social e política. E baseando-se na guerras napoleônicas, escreveu *Da guerra*, uma das obras mais influentes, citado por soldados, estadistas tanto quanto pelos filósofos e/ou advogados internacionais. Ver: Os filósofos da paz e da guerra. W.B. Gallie. 1979. pp. 46-69.

²¹ Engels e Marx, como fundadores do marxismo, foram grandes apreciadores das ideias de Clausewitz. O que fez com que estes líderes marxistas estudassem a fundo a obra *Da guerra*, na busca por uma conexão entre os ensinamentos do autor e seus principais ideais. Ver: Os filósofos da paz e da guerra. W.B. Gallie. 1979. p.71.

²² Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) filósofo que baseava-se na ideia de que tudo o que é real, que existe na natureza e todos os eventos da história humana são racionais, necessários e justificados. Para o autor, a racionalidade é a substância de tudo que existe. Ver: Antologia ilustrada de filosofia: Das origens à idade moderna. Nicola, Ubaldo. 2005. São Paulo. pp. 353-365. Para Hegel “a filosofia não é apenas uma verdade ou uma descrição verdadeira; é também, ou deveria ser uma descrição do verdadeiro”. Ver: Introdução a leitura de Hegel/Alexandre Kojève. 2002. p. 495.

instrumento político, uma continuação do intercambio político e uma forma diferente de executá-lo.” (CLAUSEWITZ, 1972, p.56).

A guerra é neste caso, nada mais do que um conflito de interesses, e que utiliza-se da força. Este princípio, remete a ideia de que a guerra não advém do ódio, mas da política e que apesar de complicada, é necessária, pois nela existe uma ligação entre seu ato e a decisão política sobre si. Clausewitz sugeriu esta famosa frase acerca do que é a guerra: "a continuação da política por outros meios", certamente, por esta descrever, esta concepção de forma poderosa e plausível. A guerra existe porque compreende a governança, se utilizando da violência, em vez de medidas pacíficas para resolver a política. Essa noção se encaixa exatamente a concepção de guerra instrumental. Sendo um confronto em larga escala como Michael Gelven²³ explicita, *“a guerra é intrinsecamente vasta e violenta, um fenômeno multifacetado e complexo que não pode ser entendido meramente isolando seus princípios subjacentes.*” (GELVEN, 1994, p. 19). Esta consideração remete ao pensamento da guerra um fenômeno brutal, visto que tem como objetivo a destruição total do oponente. Logo, Gelven trata o pensamento da guerra como tendo raízes profundamente antropológicas e que os elementos que a compõem devem ser examinados a luz de suas origens filosóficas.

Segundo Clausewitz: *“A guerra é [...] um acto de violência para obrigar o adversário a cumprir nossa vontade”* (CLAUSEWITZ, 1972, p. 51). Nesta interpretação, a política é a essência deste fenômeno, definida pela imposição do si sobre o outro. Significando que a guerra não é apenas uma instância ou ferramenta da política, mas também que a guerra está tão conectada aos fios da política, que encontra-se também baseada na vontade de potência, ou seja na relação entre os Estados e no grau de capacidade de ação que ambos tem. Assim, é facilmente perceptível que muito embora o conflito só se equipare a competições econômicas e políticas, diferenciando-se apenas no que diz respeito a utilização da sua força, a guerra como ato político foi e continua sendo uma organização social completa, e que se utiliza desta como instrumento de continuidade do intercambio político, onde para isso procura executar e empregar a violência de forma legal/ilegal, com uma ordem e uma finalidade, ou seja condições propícias para que seus fins sejam realizáveis (GALLIE, 1979, p.57).

²³ Michael Gelven, Ph.D. pela Universidade de Washington, escreveu sobre metafísica, Heidegger, Kant, Nietzsche, e também sobre a filosofia da Guerra. Escreveu obras contemporâneas, como: *Verdade e Existência*; e *Guerra e Existência*, em que trata de forma interessante sobre o significado e as experiências da guerra, e sobre como os fenômenos guerra e paz, são vistos contra todo o fundo da humanidade com toda sua loucura e sublimidade. Ele não só identifica quais são os fundamentos da guerra, como também extrai a partir da filosofia seus argumentos e análises sobre este conceito.

Acessar: <http://www.niu.edu/phil/people/emeritus.shtml>

Claro que para compreender de forma profunda o termo no sentido de justificar o emprego da violência é uma outra questão a discutir-se em outra ocasião, como também sua justificativa, frente a imperativos políticos e econômicos. Mas, para compreender de forma simples e delinear um caminho nesse sentido, Gaston Bouthoul²⁴, no seu “*Traité de Polémologie*”, definiu a guerra como uma luta armada e sangrenta entre grupos organizados. Ou seja, tratava-se de um conflito em que a violência é aberta e as armas são efetivamente utilizadas, e nesse sentido de guerra instrumental, a concebia como um fenômeno cíclico e que se materializava na sociedade como um subproduto da (i)racionalidade do indivíduo, no sentido de anular completamente o contendor e suas motivações. Logo, pôde-se notar aqui que os estudos e entendimentos acerca da guerra são de extrema importância, pois personificam os eventos históricos vivenciados no decorrer dos tempos. Compreender isto, e a natureza complexa do fenômeno, faz com que enxerguemos os instintos que movem os homens a agirem em prol de políticas agressivas e embates. E muito embora saiba-se que as causas da guerra podem ser de natureza ideológica, econômica, política e também jurídica, essas categorias não são suficientes para analisar o fenômeno de forma profunda, à medida que consideramos o indivíduo, o estado e o sistema.

Segundo Hugo Grotius²⁵, a alternância entre: As políticas, o direito e o emprego da violência; não é uma prática nem moderna nem contemporânea, mas tem raízes antigas. O que implica no sentido de que, a dimensão da violência se auto justifica. Para compreender isto, é necessário observar a dinâmica entre direito/violência/injustiça. Pois, para contrapor o direito à prática da violência, a fim de realizar sua função de evitá-la, são necessárias práticas de ordenamento político a serem cumpridas, no sentido de se estabelecer uma pacificação do convívio entre os indivíduos, e que esta seja assegurada por vias institucionais. Contudo, o direito que renega a violência não pode ser descrito como o direito que nega a injustiça, pois,

²⁴ Gaston Bouthoul (1896-1980), foi o fundador do Instituto Francês de Polemologia. Pioneiro na filosofia da guerra, considerava que a guerra estava baseada na heterofobia, uma tendência que cada um tem de temer o outro, por este ser diferente. E este é um factor de agressividade negativa que assume uma definição instrumental de guerra, expressando-se como luta armada e sangrenta entre agrupamentos organizados. A década de 1970 foi a era de ouro da polemologia. A publicação de duas revistas *Guerres et paix* ((1966-1970) e *Etudes polémologiques* ((1970-1992), como também vários tratados e ensaios sobre sociologia da guerra, contribuíram para o desenvolvimento de uma rede internacional de colaboradores, e da institucionalização científica da polemologia. O trabalho realizado pelo instituto de consolidou-se no âmbito das ciências sociais, embora mantivesse uma concorrência feroz com *irenologia* e as chamadas sociologias da paz dos institutos consagrados a *Investigação para a Paz*. Ver obra: *Les Guerres. Élément de Polémologie*, 1951. Cfr. trad. port. de *O Fenómeno da Guerra*, Lisboa, Edições Estúdios Cor, 1966.

²⁵ Hugo Grotius, um dos teóricos que enfrentou a temática da guerra e da relação entre os Estados, trazendo uma importante contribuição para a garantia da Paz, em pleno alvorecer do século XVII, momento de transição entre a realidade medieval e a estabilização política dos Estados nacionais, caracterizada pela utilização da guerra como ferramenta legítima de ação política.

neste segundo caso, a violência continuaria a ocorrer enquanto houvesse o direito na forma da justiça não realizada. Sabe-se que o direito internacional não é assegurar a justiça, mas evitar a violência. Logo, a injustiça pode legitimar o uso da força, diante de um quadro em que um governo submete seus cidadãos à violência, aterrorizando e perseguindo a população, deixando-os morrer de fome, afugentando-os do país, matando-os, justificando uma intervenção militar. Nesse caso, para o autor, a paz está baseada na justiça, embora seu método não exclua o recurso a “guerra justa”²⁶ (NYE, 2009, p.350).

A teoria da guerra justa desfrutou durante um longo tempo de um pedigree distinto, incluindo autores notáveis como Agostinho, Tomás de Aquino, Aristóteles e o próprio Grotius. Este autor, foi provavelmente o mais completo e formidável membro deste pensamento clássico. Muitas das regras desenvolvidas pela teoria da guerra justa foram codificadas em leis internacionais contemporâneas que regem o conflito armado, como a Carta das Nações Unidas e as Convenções de Haia e de Genebra. Segundo Orend²⁷, explicita: “*a teoria da guerra justa é provavelmente a perspectiva de maior influência quanto a ética da guerra e da paz*” (OREND, 2001, p.2). Nesse sentido, é possível compreender que a guerra e a relação entre os Estados são caracterizadas pela utilização da mesma como ferramenta legítima de ação política.

O grande problema que cerca a ideia da guerra baseia-se no fato desta ser considerada um crime contra a humanidade, e que todo recurso a ela é concebido como contrário aos preceitos jurídicos, morais e sociais, muito embora na história, a avaliação da guerra esteja baseada na existência de três fases substanciais. A do *bellum justum*²⁸; a outra conhecida seria a *raison d'État*²⁹ e por fim *a da guerra como crime*. Na primeira, a guerra estava baseada no direito positivo, esta doutrina baseava-se na ideia de considerar ou não a guerra como uma forma de justiça. A segunda, via o sistema internacional como sede de anarquias e conflitos

²⁶ A doutrina da guerra justa é uma tradição com origens na igreja cristã, que emprega diretrizes e justificativas morais para sancionar o uso adequado da força pelos Estados. A tradição da guerra justa proíbe a morte de civis inocentes. Santo Agostinho e Tomás de Aquino são personagens históricos dessa tradição; e Michael Walzer é um de seus mais conhecidos teóricos modernos. O conceito de “guerra justa” consolidou-se no direito Internacional, onde a guerra de autodefesa é justa, como são justas as guerras que venham a ser decididas pelo Conselho de Segurança da ONU para combater estados que ameacem a segurança internacional. Ver: *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. Joseph S. Nye Jr. 2009. p.348.

²⁷ Brian Orend, Professor de filosofia da Universidade de Waterloo no Canadá. Possui diversas publicações, dentre elas, a obra sobre a moralidade da guerra, de 2006.

²⁸ A doutrina *bellum justum* (conhecida também como doutrina da guerra justa), considerava cada Estado habilitado para decidir por si sobre a natureza justa ou injusta da guerra. Tinha como seguidores grande teóricos, como: Grotius, Locke e Kant. Bobbio, Norberto. 2010, p. 574.

²⁹ A teoria da *raison d'État* teve início com os preceptistas italianos dos séculos XVI e XVII, chegando ao seu ápice com a doutrina do Estado-potência no século XIX e princípios do século XX. Este modelo teórico, propunha que o *ratio* da guerra fosse a destruição militar do oponente, e a sua consequente submissão política. A doutrina clausewitziana da guerra baseava-se nesta premissa, em função de sua explícita apologia política ao militarismo. *Ibid.* p. 575.

permanentemente necessários; e a terceira, a guerra era considerada um problema, que exigia uma solução radical.

Referindo-se especificamente à guerra, os realistas acreditam que é uma parte inevitável de um sistema mundial anárquico e que deve ser utilizada apenas em termos de auto interesse nacional; e que, uma vez que a guerra começa, um estado deve fazer tudo o que puder para vencer. Em outras palavras, durante as circunstâncias da guerra, "vale tudo". Os realistas expressavam isto de forma bastante clara, como também uma forte suspeita sobre a aplicação de conceitos morais, como a justiça, na condução dos assuntos internacionais. Acreditavam que os conceitos morais não deveriam ser empregados de forma nenhuma no comportamento de um estado no plano internacional.

Apesar do direito ter sido considerado como algo intangível para autores como Kant, e que deve ser tratado com respeito, estava também relacionado ao estabelecimento de uma lei universal, na ideia uma sociedade evoluída e capacitada para administrá-la de forma a superar a guerra, em vista da segurança, e conseqüentemente da paz. Para isso, era preciso superar uma das características mais notáveis entre os realistas clássicos, a racionalidade excessiva. Pois, esta característica vai contra a ideia de moralidade, e isto é um luxo que os estados não podem pagar, visto que eles habitam numa arena violenta, e com base nisso devem estar preparados para vencer o jogo. O Estado que opta pela moralidade, termina por ser explorado por outros. E na política, não existe espaço para moralidade e ética, apenas para os cálculos de interesse. Dentre os realistas proeminentes deste pensamento inclui-se Tucídides, Maquiavel e Hobbes (clássicos) e os realistas (modernos) incluem-se Henry Kissinger e Hans Morgenthau, em que este por sua vez deu um grande passo, após a Segunda Guerra, ao trazer em sua obra: A política entre as nações, a base da corrente realista, ou seja o poder.

3. A CONSTRUÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL DA PAZ: ESTUDO E ATIVISMO

A partir da visão de que a guerra, é a maior ameaça para a sobrevivência da humanidade, os pensamentos que teorizaram acerca da paz incluíram a paz como força, como um equilíbrio de poder, como sinônimo de segurança coletiva, sem falar na paz como lei. Logo, o problema que é observado aqui como fundamentalmente importante, não é simplesmente a conceituação da paz, mas a conceituação de uma solução em vista da guerra, pois, para muitos dos nossos maiores pensadores de paz, tais como K. Boulding³⁰, e Galtung, a paz funciona para assegurar a prosperidade. Nesse sentido, a procura por uma definição acerca deste conceito, no sentido mais filosófico, é raramente trazido para o contexto dos debates, e estes quando realizados sejam por meio de discussões ou por meio de uma simples menção, abrem uma janela para novas discussões sobre a possibilidade do exame da paz como um valor e não somente como a ideia tradicionalmente entendida (ausência de guerra). Segundo Boulding, “*a compreensão da paz continua a ser um dos grandes desafios intelectuais da mente humana*” (BOULDING, 1993).

Assim, sem discriminar as diversas concepções sobre a paz já empregadas até aqui, notou-se que por diversas vezes, os estudiosos do campo analisaram seus conceitos no sentido de buscar estabelecer uma base possível para se distinguir e identificar exatamente o estado de guerra do estado de paz, porém estas definições não facilitaram e muito menos visaram a compreensão de fato do fenômeno e a determinação de cada um dos momentos recorrentes a que ambos são atribuídos, logo do ponto de vista substancial estes momentos foram perdidos, e perdidos na praxe de uma cultura que se em algum momento visou a paz, ainda procura por formas de estabelecê-la. Entende-se que o limite entre a paz e a guerra é vago, e que os estudiosos que durante muito tempo se ocuparam e ainda se ocupam, compreendem isto de forma plena, embora compreendam também que em sua acepção mais geral, não exista uma definição cientificamente válida, e tal conceito como um termo livre para ser colocado em

³⁰ K. Boulding (1910-1993), foi um dos mais prestigiados e respeitados pacifista e militante, por suas análises teóricas e práticas de luta social. Procurou alcançar e defender a paz em todo o mundo. Como teórico do pacifismo, ele aplicou ferramentas de análise das ciências sociais para promover métodos pacíficos de resolução de conflitos. Entrou jovem na 'Sociedade dos Amigos' (Quakers). Os Quakers eram um grupo religioso fundado na Inglaterra por George Fox em 1652 e sempre se distinguiram por seu ativismo social em questões como o pacifismo e a igualdade. Eles foram os pioneiros na defesa pública da abolição da escravatura, na luta pela igualdade de direitos das mulheres e pela promoção da paz. As contribuições de Boulding para a ciência econômica também foram significativas. Boulding viu o mundo e a sociedade humana como um sistema complexo e em constante mudança, logo junto com seu amigo, o psicólogo e matemático Anatol Rapoport fundou o *Centro de Investigação em Resolução de Conflitos*, editor da prestigiada organização *Journal of Resolução de Conflitos e da Associação Internacional de Pesquisa da Paz*. Ver obra: *Contemporary Conflict Resolution: The prevention, management and transformation of deadly conflicts*, capítulo 2, pp. 45-58, 2011.

prática, não só no sentido restrito das pesquisas sobre suas possíveis condições, deve também ser compreendido no sentido de ampliá-lo como vetor de um sistema de ordenamento que leve a civilidade, justiça e bem estar social.

Buscar evidenciar os aspectos essenciais do conceito, cria condições que levam ao pensamento de um estado de paz estável e duradoura. Sendo mais fácil para averiguar em que medida a evolução deste pensamento se dá, na busca por uma ampliação da ciência para a paz. Isso é de fato vital. Assim, verificou-se que esta longa, complexa e até conflituosa tentativa de conceptualização, mesmo entre os teóricos, não comporta uma definição única e absoluta. Pois quando se pensa em indivíduos com diferentes pensamentos, sejam eles orientais (de tradições hindus, budistas) ou ocidentais (islâmicas, judaicas, cristãs) (PUREZA, 2009), a paz enquadra-se como um conceito essencialmente contestado (GALLIE *apud* WILBERG, 2005), e sua busca ainda é constante. Verificou-se também, que no desenvolvimento de estudos sobre a paz, as pesquisas procuraram desenvolver-se onde foi possível analisá-la como um ramo da ciência, tal como sua definição aqui. Mas ainda assim, se os atuais esforços de paz se mostram em risco de falha catastrófica, então os conceitos podem também necessitar de revisão. Visto que a incapacidade de fazer deste conceito claro, leva também ao seu fracasso na prática.

A "paz" tem se revelado cada vez mais de difícil definição. E explicá-la tal como: "a paz não é a guerra" ou "não é conflito", sugere reflexão acerca da relação entre as definições de paz e ações de paz. Definições ou conceitos de paz são a base sobre a qual decide-se como fazer a paz. Se eu defino a paz como não-guerra, então isso remete a ideia de buscar fazer a paz através da eliminação da guerra ou pelo menos atenuar a sua gravidade. Esta ideia acerca do significado de paz, baseia-se no fato de que, o que se faz para alcançar a paz vai depender de como ela é vista pelo indivíduo, considerando as diferenças culturais acerca deste mesmo conceito. E isto é só o início para dar seguimento a evolução do pensamento acerca deste fenômeno. Para isso, é necessário explorar melhor e de forma mais abrangente os aspectos da paz, para desenvolver seus conceitos, para que estes sejam bem sucedidos no sentido de fornecerem uma base para a construção de uma cultura pacificada.

3.1 A evolução dos estudos conceituais sobre a paz

Pode-se dizer que o início do processo evolutivo dos estudos de paz, foram uma abertura para novos pensamentos e modalidades de estudos, pois permitiu em seu caminho o surgimento de uma ampla gama de questionamentos acerca dos pensamentos tradicionais, como também foi o início para que grandes eventos modificadores o constituíssem como o impulso inicial a

renovação dos pensamentos clássicos sobre a natureza da guerra, e para a inserção de novas ideias no contexto tradicional dos estudos de paz. Assim, os estudos de paz e de guerra que originaram-se no chamado limiar da Segunda Guerra Mundial, criado na França durante os anos de 1945, foram através do *Institut Français de Polemologie* impulsionados ao caminho da ciência. Nessa altura o objeto principal de pesquisa era o conflito e a ausência de conflito, representada pela *polemologia* (BOUTHOU, 1946). Assim, tinha-se a paz como objetivo, mas a delimitavam ao âmbito das relações de conflito, pensando apenas na guerra e definindo a paz como simples “ausência do conflito”. Somente após o fim da Segunda Guerra que houve um incentivo aos estudos para a paz.

Uma das primeiras iniciativas para os estudos de paz³¹ foi visto como um desafio à visão realista de interpretação da paz e da guerra e que remontou aos anos 50 (PUREZA E CRAVO, 2005), notadamente em 1952 quando o Instituto de Pesquisas Sociais de Oslo lançou um concurso de ensaios acerca da problemática entre a pesquisa científica e sua contribuição para solução pacífica de conflitos internacionais. Esse movimento intelectual acerca da paz e dos conflitos culminou no lançamento, em março de 1957, do *Journal of Conflict Resolution*, e em 1959 na criação do *Center for Research on Conflict Resolution*, na Universidade de Michigan.

Ainda como um desafio a visão realista sobre estudos de paz e guerra, surgiu em 1961 o *Canadian Peace Research Institute* e que publica, desde 1964, o *Peace Research Abstract Journal*, baseando-se na classificação das publicações sobre o tema. Esse mesmo Instituto publica desde 1969 a *Peace Research*. Também em 1964 surgiu a *International Peace Research Association* (IPRA) na Inglaterra, que promove estudos interdisciplinares sobre as condições da paz e as causas da guerra, publicando de forma bimestral o *International Peace Research Newsletters*, fundado em 1963, onde se dão regularmente informações acerca das atividades de pesquisa sobre a Paz que se estão efetuando no mundo. Em 1966, na Suécia, surgiu o *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), que desde 1969 publica anualmente o *World armament and disarmament sipri yearbook*. O segundo passo do *Peace Research* foi caracterizado por uma visão positivista, onde o objeto de análise passa a ser a paz, tendo como fundador desse novo paradigma o norueguês Johan Galtung.

A visão de Johan Galtung, foi de grande importância na busca pela paz e segurança internacional, pois contribuiu para o surgimento de outras novas visões acerca da paz, indo para além dos estudos da dinâmica de poder, violência e conflito e que caracterizavam a paz como

³¹ Os estudos para a paz (*Peace Studies* ou *Peace Research*) são entendidos como a escola de pensamento que surgiu nas décadas de 1950/1960, com o intuito de entender as causas da guerra, como também as condições para a paz.

simples ausência de conflito. Isso ocorreu em 1959 a partir da criação do *Peace Research Institute Oslo* (PRIO) na Noruega, ganhando repercussão em 1964³² com a criação do *Journal of Peace Research*, sendo que em 1966, essa linha de pesquisa tornou-se o *International Peace Research Institute*. Assim, com o propósito claro de adicionar profundidade a este breve panorama acerca das primeiras gerações dos estudos para a paz, notou-se que no campo da paz em sua fundação, os precursores foram orientados por uma noção *estado-centrica* e que com sua expansão as abordagens passaram a olhar também para a sociedade civil, e não mais com uma lente centrada no Estado.

Em 1969, Galtung publicou o artigo "Violência, paz e investigação sobre a paz", gerando inúmeros questionamentos no meio científico ao abordar a paz como um estado para além da ausência de conflito, rompendo com o senso comum e a teoria que pesquisava e considerava a paz somente como ausência de conflito. Segundo Galtung (1969), as discussões acerca da ideia de paz deveriam seguir três linhas básicas: o conceito de paz deve ser consensual para o grupo social que a discute com fins objetivos; as metas sociais que envolvem a paz podem ser complexas, mas devem ser atingíveis e; a declaração de paz como ausência de conflito deve ser aplicada como válida. Nesse estudo, Johan Galtung ampliou o conceito de violência, o que o levou a também ampliar o conceito de paz, definindo a paz como um termo bilateral: a paz negativa, que é definida pela ausência de conflito; e a paz positiva, caracterizada pela ausência de violência estrutural e posteriormente pela quebra do triângulo da violência (PUREZA, 2000, p.39). A paz positiva foi vista como uma ambição por Johan Galtung, visto que caracterizava-se pela sua mutabilidade nos conflitos, suas diversas causas e consequências, logo também não foi possível chegar a uma definição de paz positiva, apenas tentar apontar as formas de como atingi-la.

A paz positiva foi pensada para representar uma ideia de sociedade harmonizada, no qual, para o autor havia tamanha centralidade no conceito de paz em sua proposta, que a hipótese de que a paz tem uma estrutura, refletiu diretamente em sua Teoria da violência estrutural, onde os conceitos sobre a paz e a guerra se relacionam de tal forma, que um não significa apenas a ausência do outro. Assim, com o alargamento da ideia de violência, Galtung (1969) apresentou seis distinções de violência:

³² Johan Galtung fala sobre as apresentações dos conceitos de paz positiva e paz negativa. Ver artigo: Editorial do *Journal of Peace Research*, 1964. Articles-1-4.

- I. Quanto a ação: para tratar sobre o corpo biológico e o que pode levar a morte ou gerar danos psicológicos; sobre a mente humana, tais como as lavagens cerebrais e doutrinamentos;
- II. Quanto a abordagem: tratar das influências que impedem a capacidade plena do indivíduo em agir por si só, pois o indivíduo age punindo ou recompensando conforme o que sofre. Uma pessoa pode ser influenciada a ter a conduta que seja de punição de determinados atos do outro. Ou pode recompensar o outro, após julgamento de que o que foi feito é correto. Nos dois casos um indivíduo pode ser influenciado a determinado julgamento de valor, o que pode gerar a reflexão “do que seja violência e pra quem?”.
- III. Quanto ao objeto: Por exemplo, se utilizar de testes com armas nucleares, em que não se tem a violência física, mas pode-se obter uma violência psicológica. Aqui é necessário pensar na violência e entender o contexto do objeto;
- IV. Quanto ao sujeito e a identificação se há um determinado indivíduo atuando violentamente de forma direta ou indireta. Quando há violência direta o sujeito é de fácil identificação, já quando a violência é indireta o sujeito não é claro, pois a violência indireta é causada por aspectos estruturais de uma sociedade;
- V. Quanto a intenção: trata-se de quem foi e se foi intencional;
- VI. E se é manifesta ou latente: Violência manifesta é quando é visível, e violência latente é quando não está visível, podendo ocorrer a qualquer momento, caracterizando uma situação instável.

É importante esclarecer que, para Galtung em seu primeiro momento de estudos:

"Violence is here defined as the cause of the difference between the potential and the actual, between what could have been and what is. Violence is that which increases the distance between the potential and the actual, and that which impedes the decrease of this distance." (GALTUNG, 1969, p. 168)

Johan Galtung lidava bem com os conceitos de violência direta, violência indireta, paz negativa e paz positiva. Quando em 1990, o autor reformulou o conceito de violência como sendo "ofensas evitáveis às necessidades humanas básicas e à vida em geral, reduzindo os níveis de satisfação dessas necessidades abaixo do que é potencialmente possível" (GALTUNG, 1990, p. 292), introduzindo o conceito de violência cultural e chegando a concepção do triângulo da violência. Por violência direta entende-se o fato em si que gerou a violência, o ato intencional de agressão. É a violência visível, que envolve a violência física e suas atitudes armadas, concretizada pela ação violenta. Já a violência indireta ou estrutural são os comportamentos e atitudes sociais que regem o corpo social, podendo ser um conjunto de estruturas físicas ou

aspectos organizacionais, geralmente estas decorrem de situações de repressão política, exploração econômica e alienação cultural, violando todos os requisitos de liberdade e bem-estar.

Apenas na década de 1990, diante de um novo contexto nas relações internacionais, que Galtung (1990) apresentou a evolução desse conceito, tratando-se do terceiro tipo de violência: a violência cultural, sendo esta a que legitima a violência direta e violência estrutural. Logo, chegando-se ao conceito do triângulo da violência, Galtung ilustrou este triângulo como um iceberg, onde a ponta é visível e sua base invisível, comparando com a visibilidade da violência direta, e a invisibilidade das violências estrutural e cultural. Veja:

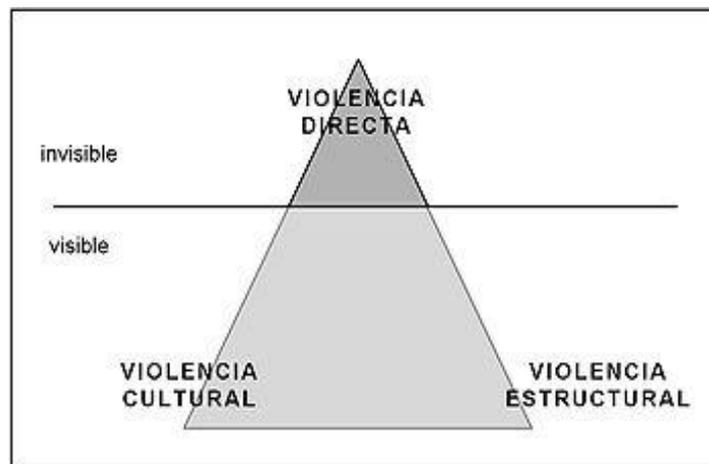


Figura 1: Triângulo da Violência³³

Aqui, o triângulo da violência sustenta-se mutuamente e quando ocorre a quebra do vértice da violência direta, ou seja, da violência física e visível, ocorre o que Galtung denomina de Paz negativa. Entretanto, para se atingir a paz positiva é preciso que haja uma quebra dos outros vértices, visto que a violência invisível continua entre os membros da sociedade e a violência cultural continua legitimando as outras violências, podendo surgir a partir de qualquer uma das três pontas do triângulo da violência. Com a quebra destes 3 vértices, a alimentação mútua da violência seria quebrada e o meio atingiria a paz positiva, descrita por ele como sendo a integração da sociedade humana. O uso do termo violência cultural se deu no sentido de buscar uma conexão entre as investigações da paz e a política de identidade, que para Galtung seria a civilização sustentada pela cosmologia social, pela construção psicológica de sua personalidade (GALTUNG, 1981, p. 184).

³³ Ver artigo: *Theory of Conflicts by Johan Galtung*. Revista de Paz y Conflictos. Vol. 2. 2009. pp.60-81. Acessar: http://www.ugr.es/~revpaz/tesinas/DEA_Percy_Calderon.html

Notou-se que o trabalho desenvolvido por Galtung, foi distanciando-se cada vez mais do paradigma realista e estatocentrico, e assim definindo a paz como mais do que uma simples ausência, ampliando sua interpretação. Assim, neste contexto houve uma busca por acomodar o campo de estudos no mundo pós-guerra, por meio da construção de uma estrutura que ligasse a sociedade ao Estado, como também para além dos níveis internacionais, delineando um caminho para a próxima geração, e que representaria uma nova onda de teóricos, com a finalidade de refinar o campo a partir de novas ideias. O que significaria mais um passo importante no caminho de uma cultura pacífica (PUREZA, 2000, p. 40).

3.2 A retórica da paz e suas contribuições no Pós-Guerra

A partir das década de 1990, os estudos de paz tomaram ampla proporção em vista de sua promoção, compondo diversas alterações substanciais de acordo com seu contexto, e passando-se a incluir em seus estudos, dimensões setoriais para além da tradicional ideia de paz, e para além do contexto do Estado. É verdade que essa socialização foi enquadrada a várias modalidades de missões com vista para sua operacionalização, levando possivelmente a uma (in)coerência na natureza evolutiva das diversas abordagens, acerca de um entendimento do seja a paz. Como resultado disto, há uma problematização na sua análise conceitual, fator que persiste até a atualidade. Mas como é normal para um termo complexo, a paz possui um núcleo conceitual e teórico também complexo e que é substancialmente atribuído ao seu valor e os esforços para sua construção, assim embora ainda não se possa definir paz, sua essência revela-se substancialmente importante neste contexto, exceto, pelo fato de que ainda é definida negativamente como inversa ao discurso da guerra (PUREZA, 2005, p. 4).

Assim, partindo dessa observação compreendeu-se que o conceito de paz, anteriormente atribuído a apenas a 'ausência da guerra', é uma premissa que parece insípida e simplória, pois o termo paz possui bases mais profundas e que remete a uma necessidade de mais reflexões sobre si. Nesse sentido, é que a análise de Galtung demonstra o quanto a paz foi concebida pelo autor, com um valor profundo, mas que foi parcialmente ignorado em vista de guerras pelo indivíduo. E que muito embora se pudesse considerá-la associada a valores intangíveis, o que de certa forma a tornasse impossível de se delimitar do ponto de vista comum, ou até mesmo de se chegar a uma definição científica, por mais argumentos e evidências que se tenha, seria exatamente esse aspecto em aberto, que atribuí ao conceito o valor necessário ao seu significado, estando este significado diretamente associado a construção de um pensamento

(GALTUNG, 2004, p.2). Para Kofi Annan³⁴, um autêntico conceito de paz iria além do que a ideia de simples ausência de guerra. E de acordo com seu postulado, pressupõe em sua dimensão uma forma de se alcançar fins e que envolve desenvolvimento social, político, econômico. Supondo-se um ambiente tranquilo e salvo de ameaças, que durante uma guerra seria impossível. Seria a existência de condições básicas estruturais. Sabe-se, que o conceito de Paz positiva desenvolvido por Galtung (1964), foi amplamente adaptado pelas Nações Unidas, que com as possibilidades e surgimentos de novas modalidades de guerra, integrou-o as suas ações de promoção para paz, originando subáreas que ampliaram a heterogeneidade dos campos de estudos.

Estas foram então divididas em três níveis: a primeira: no sentido de reformar o sistema político do mundo; a segunda: de promover políticas anti-guerras e pró-paz; e a terceira: para produzir metodologias que promovessem projetos de pacificação que abordassem o triângulo do conflito de Galtung. Diz-se:

“A abordagem das Nações Unidas tem sido informada pelos Estudos da Paz no seu comprometimento para promover, não apenas através da manutenção da paz (paz negativa: ausência de guerra/violência), mas também pela promoção de condições estruturais para a paz (paz positiva: segurança humana). (GALTUNG, p. 10)”

Diante disso, e com o fim da Guerra Fria, a escola de pensamento que a princípio orientou os estudos para a paz, trouxe a primeira abordagem:

- I. **Peacekeeping:** Foi projetada para inserir a presença das Nações Unidas no campo, até então com o consentimento de todas as partes interessadas. Esta primeira abordagem buscava manter as parte do conflito separados, mesmo que com o auxílio de terceiros. Embora um dos principais problemas do peacekeeping, de acordo com Galtung, fosse o fato de que este funcionava apenas na minoria dos conflitos armados de sua época: “[...] aqueles entre iguais e sem elementos de dominação” (GALTUNG, 1976, p. 283-284).
- II. **Peacemaking:** Foi projetada para levar um acordo às partes hostis, por meios pacíficos. Esta foi a segunda abordagem proposta pelo autor, e é entendida também como da resolução de conflitos, em que este buscava eliminar a própria fonte de tensão, deixando então que o “resto” “tome conta de si mesmo” (GALTUNG, 1976, p.290). Segundo o autor, esta abordagem era problemática porque se baseava nos atores, ou seja na vontade

³⁴ Ver: Declaração de Kofi Annan no lançamento do Ano Internacional da Cultura da Paz: “a verdadeira paz é muito mais do que a ausência de guerra. É um fenômeno que envolve desenvolvimento econômico e justiça social.” (2000)

destes atores, uma vez que a solução para um conflito armado dependia deste acordo já negociado e ratificado pelas partes envolvidas (GALTUNG, 1976, p. 296).

III. O *peacebuilding*: Esta abordagem buscava alcançar a paz a partir da identificação das estruturas, ou seja da remoção de situações que causem a guerra. Organizada também para promover a cooperação, afim de promover a confiança entre as partes, como também desenvolvimento social, político e econômico. Foi visto como uma prevenção contra violências futuras. Galtung apresentou esta terceira abordagem para a paz, baseando-se no entendimento de paz como uma estrutura.

Cabe ressaltar que as operações de Manutenção da Paz (*peacekeeping*), em que admitiu-se o uso da força em busca da paz, traçou a partir deste mesmo viés, um caminho contraditório, visto que utilizar-se da violência para se atingir a paz, leva a reflexão de como atingir uma paz positiva tendo como caminho a hostilidade da força, quando a paz só pode ser alcançada quando todos os atores se articularem na busca pelo fim de conflitos. E segundo explicita Azar³⁵: “*peace is development in the broadest sense of the term*” (AZAR, 2005, p. 95). Logo, percebe-se que com o alargamento das áreas de estudos, e as ações realizadas, o conceito de paz tornou-se cada vez mais segmentado, inclusive influenciando nos estudos de segurança internacional.

A amplitude do modelo de Azar poderia até servir como a base para a compreensão da grande maioria dos conflitos, no sentido de concentrar-se nas limitações destes, bem como sobre as possíveis formas de os ultrapassá-lo. A segurança é vista por Azar principalmente como fonte de sobrevivência e bem-estar, tanto individual como coletiva, algo inerentemente bom, quase uma concepção de felicidade humana. Esta abordagem de Azar, se alinha de maneira bastante adequada com a abordagem da Escola de Copenhague, baseada em três pilares de sustentação: a securitização, os setores e os complexos regionais de segurança. Sabe-se que os estudos de segurança, foram desenvolvidos por grandes pesquisadores do Instituto Copenhague Peace Research (COPRI), incluindo Barry Buzan e Ole Wæver, colocando-se sem dúvida como algo inovador a possibilidade da reinterpretação dos estudos de segurança.

3.3 Galtung: (Re)Interpretando o binômio Guerra-Paz

³⁵ Edward Azar, one of the forefathers of the conflict resolution field was the first to describe violent events in the developing world as Protracted Social Conflicts. Azar abraçou a crença no potencial humano para a resolução pacífica de conflitos, e isto era parte integrante de sua teoria do conflito social. Ver artigo: Ramsbotham, Oliver. The analysis of protracted social conflict: a tribute to Edward Azar. *Review of International Studies* (2005), 31, 109–126.

A possibilidade da conceituação de paz, sempre foi algo discutível, não trata apenas de sob que circunstâncias se encontra, mas também sob qual aspecto da realidade, podemos observá-la. Sabemos que existe a possibilidade de paz em meio à guerra, e nesse caso a paz pode ser entendida subjetivamente como uma sensação do ponto de vista do entendimento humano. Compreender e ter em mente o que é a paz não se resume a uma definição simplista, pois ter esta noção é ignorar o fato do quanto este termo foi reduzido a apenas uma situação de segurança e/ou tranquilidade, e não é. E embora de acordo com Cox³⁶, a paz seja definida como a ausência de guerra, violência ou conflito, curiosamente, isso não se trata de uma contradição; pois se o conflito é essencial à vida, e se a paz é a ausência de conflito, então a paz significa morte, de acordo com a ideia de Cox. Mas consideremos que se trata também, de um termo que por diversas vezes foi tratado como vazio de definições, e que na tentativa de se auto explicar, acabou por deixar de apontar um caminho para si.

Assim, observou-se que pensar a paz, é necessário refletir acerca de dois pensamentos: o primeiro, é pensar a guerra, pois pensar a paz, sem correlacioná-la, ignorando o fato de ambas serem complementares, torna difícil conceber uma delas, sem de alguma forma, visualizar a outra no horizonte; e segundo, considerar este binômio em sua totalidade, observando que os elementos antagônico podem ser analisados de forma completamente independentes também. Este segundo, talvez possa ajudar a compreender, e diferenciá-los a partir de perspectivas igualmente antagônicas, explorando os usos científicos, éticos e políticos destes conceitos, dos quais identifica-se como:

- I. Primeiro: são aqueles que são preocupados com a eliminação das causas da guerra e estabelecimento da paz;
- II. Segundo: são aqueles empenhados em encontrar formas não violentas de resolução de conflitos;
- III. Terceiro: aqueles que desejam remover os instrumentos de guerra e mediar confrontos que possam levar à guerra.

A natureza humana é fundamentalmente conflituosa, embora humanos possam optar por comportar-se de forma não-conflituosa. Mas uma visão de mundo que não tem uma orientação

³⁶ Gray Cox, professor da faculdade do Atlântico. Ph.D. em filosofia, seu trabalho teve como base os estudo sobre abordagens alternativas para o conflito. Entre eles destaca-se a publicação, Os caminhos da paz: A filosofia de paz como ação, Paulist Press, 1986.

básica do medo, não consegue conceber um conceito de paz de forma integrativa. Integrativa³⁷ no sentido de que para a criação de relações pacíficas e conseqüentemente de uma sociedade pacífica, é necessário que as condições estruturais da sociedade devam ser incorporados a esse objetivo. Desta forma, o conceito de paz deve ser também integrador a medida que a paz é vista como um fenômeno que se difere do fenômeno da guerra. A paz quando entendida como uma ação, leva a um processo para realizar-se e estabelecer-se como tal. O que traz a ideia de que, a paz e a guerra são fenômenos realmente diferentes, pois estão baseados em diferentes sistemas sociais. A paz é mais um produto das estruturas sociais do que dos padrões racionais e assim como outros aspectos da realidade social, ela é construída e mantida através de processos sociais.

Aqui entende-se que para começar ampliar a noção tradicional e dar início ao um verdadeiro processo de paz é necessário desenvolver a paz interna com qual, em seguida, esta vai interagir mais pacificamente com os outros. Interna no sentido de que a paz deve primeiro existir dentro do indivíduo em relação aos outros, o que contrapõe a ideia que a paz é produto apenas de padrões racionais subjetivamente estabelecidos e não das estruturas sociais. Logo, as questões que a discussão acima levanta é que os conceitos de paz, tal como não-guerra ou não-violência, talvez sejam sim úteis em alguns casos, como no consenso geral de que a paz é, pelo menos, um não-guerra, e assim útil como suporte para definir "guerra", "violência" ou "conflito". Mas que também é vista como um estado em que os conflitos são de alguma forma diminuídos mesmo que apenas temporariamente. No entanto, os conflitos, violência e guerra são percebidos como inevitáveis, e de fato necessários para a vida, e que o grande problema que se coloca é, que a medida que consideramos isso, somos confrontados com o encerramento de todos os nossos heróis e símbolos (de imortalidade) como também, com o pensamento de que a paz talvez seja algo incompatível com a vida, devido a nossa natureza conflituosa.

Boulding (1983) também viu a guerra como um fenômeno inevitável, no âmbito das relações de superpotência. Com base nisso, deve-se considerar que talvez os conceitos populares de paz tenham falhado como também os esforços em prol destes. É preciso explorar outros conceitos de paz, e entender como esta reduziu-se a uma simples ideia, para ver o que podemos aprender e assim promover uma mudança nos movimentos em prol da paz. Uma sociedade harmoniosa e equilibrada é um ideal, embora não deixe de ser um ideal racional. Um ato racional é aquele que usa o mais eficiente dos meios para alcançar um determinado fim. Logo, pensar a paz é também um ato racional. A paz é frequentemente determinada de forma

³⁷ Integrativa refere-se a não deixar nada de fora, inclusão, o quadro total.

negativa como a ausência de guerra, assim conhecemos a paz pela ausência de outro fenômeno e isso faz com que a semântica da paz nos deixa extremamente longe de uma definição. Mas é importante notar que a paz não é somente pacificação, e que implica também numa situação de emancipação, que principalmente exige evolução do ponto de vista individual e coletivo. A humanidade não pode ser salva, se não evoluir.

Acerca disso, explicita Charles Webel³⁸:

“Peace is also not the mere absence of war in a Hobbesian world of unending violent conflict. *Peace is both a means of personal and collective ethical transformation and an aspiration to cleanse the planet of human-inflicted destruction.* The means and the goal are in continual, dialectical evolution, sometimes regressing during periods of acute violent conflict and sometimes progressing nonviolently and less violently to actualize political justice and social equity. Like history and life, peace is a terrestrial creation struggling for survival in a constantly changing, and sometimes threatening environment.” (WEBEL, 2007, p.7-8)

Em vista disso, entende-se aqui que a paz merece ser pensada e interpretada cada vez mais, e não só em contraposição a guerra. A paz não é intelectualmente desinteressante, mas é sim um termo que pode e deve ser levado mais a fundo, para não se tornar apenas um ideal longínquo. Atingir uma consonância entre a sociedade humana e a estrutura social global é de fato o objetivo mais importante a se buscar, e não só a exposição de um discurso em prol de algo. Esse tem sido o grande paradoxo da sociedade moderna, ultrapassar realmente a barreira de uma sociedade de guerras e extermínios para uma sociedade de paz³⁹.

3.4 Se mato, existo: A realidade por trás do discurso de paz

Não poderia deixar de falar que, curiosamente alguns pensamentos sobre a paz, ocupam um lugar interessante no discurso de intelectuais e críticos, pode-se até dizer que é quase hegemônico, inclusive para a grande maioria dos filósofos e intelectuais do século XX. E como consequência, promovem a ideia de uma ‘paz universal’, numa propaganda contra a guerra,

³⁸ Charles P. Webel, Ph.D, University of California, Berkeley e professor da Universidade de Nova York, Praga. Realizou estudos de pós-doutorado na Universidade de Harvard, o Instituto Max Planck, e as Universidades de Paris, Frankfurt e Heidelberg. Ensinou no Programa de Estudos sobre Paz e Conflitos em Berkeley e da Faculdade Honors da University of South Florida. Ver obra: **Introduction-Toward a philosophy and metapsychology of Peace.** Handbook of peace and conflict studies / edited by Charles Webel and Johan Galtung. pp. 3-13, 2007.

³⁹ A cultura de paz contempla a paz total, isto é, paz nas suas várias dimensões: paz individual, paz social, paz ambiental, paz militar. Em 1999, a ONU adotou o Programa de Ação para uma cultura de paz, com base em oito eixos: cultura de paz por meio da educação; Economia sustentável e desenvolvimento social; Compromisso com todos os direitos humanos; Igualdade de gênero; Participação democrática; Compreensão, tolerância, solidariedade; Comunicação participativa e livre fluxo de informações e conhecimento; e a Paz e segurança internacional. Unesco, p.58, 2000-2010.

com tendência a documentar o terrível custo do sofrimento humano, e influenciando as pessoas a sentir que a guerra é uma instituição social defeituosa. Sabe-se que muito embora, o ativismo para paz e as investigações de paz tenham alcançado um crescimento rápido, a ideia de guerras e violência por todos os meios, serviu de base para impor uma existência pacífica sobre os indivíduos/grupos/sociedades. E isto foi sem dúvida, aceito como verdade auto evidente. No entanto, cada vez mais a crença na capacidade de abolir a guerra e eliminar o conflito é sendo questionada. Nem mesmo os pacifistas acreditam que é possível eliminar a guerra, visto que são estas mesmas pessoas pacíficas, que criam maquinas de guerra. Observe que talvez a ideia de prevenção de conflitos possa ser irrealista e indesejável, pois se baseie em pressupostos científicos errados.

Ao longo da história humana visionários religiosos e sábios propagaram uma visão utópica de um mundo sem inimigos, imaginando um tempo em que todos os conflitos e guerras seriam banidos. Mas essas ilusões foram contrariadas pela dura realidade da condição do ser humano, em que a guerra e os conflitos são aspectos centrais da existência humana. A ideia da paz eterna aparece aqui como um mito utópico porque o decisivo processo que molda as pessoas e a vida social é a dinâmica das relações de poder. E estas relações de poder são antagônicas, tal qual guerra/paz desde os tempos antigos. Heráclito já dizia: “a guerra é pai de todas as coisas”, e os grandes pensadores sociais também reconheceram a guerra e conflito como sendo forças formativas. Logo, desde as origens da história humana, o campo de batalha é a simbólica do campo da vida, onde cada ser vivo, vive na morte do outro. O ser humano não vê sentido na sua humanidade, sem um desafio na vida e, portanto, um mundo sem antagonismos, não é um mundo interessante de se viver. George Washington, explanou acerca das razões que levam o homem a se envolver em guerras, e segundo disse:

“[...] o interesse constitui o princípio que tudo governo; e que quase todo homem, em maior ou menor escala, está submetido à sua influência. [...] poucos são os indivíduos capazes de fazer um sacrifício contínuo de todos os propósitos dos interesses ou das vantagens pessoais em prol de um bem comum. É inútil vociferar contra a depravação da natureza humana sob este aspecto. A realidade é esta, como o prova a experiência de todas as eras e nações e, se quisermos alterar a situação, forçoso nos será, antes disso, modificar em grande medida a natureza do homem”⁴⁰ (MORGENTHAU, 2003, p.17).

Assim, partindo desta diferente concepção de paz e guerra, observa-se explicitamente que uma das características da maioria dos discursos sobre a paz, e principalmente sobre a guerra

⁴⁰ Discurso de George Washington, citado por Han J. Morgenthau, na obra: *A política entre as nações. A luta pelo poder e pela paz*. 2003. P.17.

é baseada na ignorância. Michael Gelven (1994) por exemplo, lamenta que a maioria dos escritores contemporâneos não entendam muito sobre a guerra, sendo esta apenas interpretada como uma doença social. Isso devido a existência de um discurso baseado na ideia de que o estado natural da sociedade humana é de paz. A guerra sendo considerada um mal e em última instância associada com ideias de destruição e morte, remetem num pensamento de paz, como um bem moral absoluto. Entretanto, Nietzsche⁴¹ (1968, p. 33) observou, que ao ‘atribuir um valor maior à paz do que à guerra’ comete-se um erro, que contraria todos os fatos históricos e biológicos da vida humana. Segundo Nietzsche: “A vida é uma consequência da guerra, a própria sociedade um meio para a guerra” (NIETZSCHE, 1968, p.33). Assim, indo totalmente contra a linha de pensamento anteriormente discutida, a guerra talvez não seja inteiramente um fenômeno negativo, e muito menos a paz, um fenômeno positivo, pois esta traz uma ideia de sociedade estagnada, enquanto a guerra pode ser uma fonte funcional de mudança social.

É difícil trazer essa ideia, visto que existe um consenso intelectual acerca da ideia de que a paz é algo benévolo. Logo, é necessário plena atenção acerca deste pensamento tradicional que se apresenta como incontestável e desta idealização utópica, pois frente a conveniência deste discurso acadêmico, deve-se suspeitar sobre o porquê da ênfase no mal da guerra e se este fato, não esconde uma ideia opressiva da natureza da paz. Talvez a busca pela paz seja mais mortal e que através de uma cortina ideológica é promovida como um bem absoluto por estudiosos e ativistas da paz. Em todas estas literaturas, tudo o que não existe é uma definição clara da paz ou uma visão clara de como esta sociedade pacífica poderia ser construída. Assim a paz aparece supostamente como um significado vazio. Um conceito surgido de uma concepção fatalista⁴² que dá base para um discurso ilusório e limitador. Logo, talvez o ideal de paz que se busca seja uma quimera, apenas um discurso utilizado para destruir qualquer sinal de desordem, e em consequência disso qualquer sinal de liberdade. Pois, esta liberdade se coloca como uma fonte de desordem, e portanto, um inimigo a esta ideia de ‘paz’.

Assim, a intenção aqui é demonstrar que os pensamentos atuais que tomam a paz como uma condição inteiramente positiva, podem não ser de todo confiável, pois diante destas leituras notou-se que a paz apesar de ser um ideal moral, absolutamente do bem, ainda assim pode ser colocado como um pensamento limitador do homem. E que ao contrário do que se pensa, pode ser também um tipo de ideal opressivo. Assim, como resultado dessa equação da paz, teríamos

⁴¹ Friedrich Nietzsche (1844-1900), pensador mais influente do século XX. Questionava sobre o senso moral e se os valores éticos são realmente valores, através de uma genealogia narrando o nascimento e o desenvolvimento das doutrinas morais que regem o indivíduo. Ver obra: Genealogia da moral: uma polemica/ Além do bem e do mal. Companhia das letras, São Paulo. 2009/2005.

⁴² Premissa que nega o livre-arbítrio. Bueno, Silveira. 2007, p.349.

a ordem, a previsibilidade e uma condenação da liberdade como fatores de perturbação. O que levaria não a uma paz de fato, mas a imposição da paz.

É notável que os pensamentos sobre a paz tornaram-se cada vez mais questionáveis, como aliás, foi explicitado anteriormente, pelos principais filósofos ocidentais do passado. Logo, esta hegemonia do discurso de paz e a ideia de pacificação como política social no mundo atual revelam-se como perigosas e com consequências para a liberdade social. Cabe então a reflexão de que talvez a ideia de paz e não a ideia de guerra, possa representar uma limitação à existência humana. E que por mais difícil que possa ser, talvez a busca por uma compreensão mais profunda acerca da guerra, possa contribuir para uma transformação de fato da sociedade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstrou que a busca pelo entendimento acerca da paz requer uma infusão a antiga compreensão das filosofias clássicas e que a guerra enquanto fato terrível possui uma profunda ligação com o sentido trágico da natureza humana. O reconhecimento da guerra e dos conflitos pelos antigos filósofos demonstra o quanto este fenômeno é levado como sendo as verdadeiras características da humanidade, sendo importante para se compreender a vida. Logo, através da exposição destas filosofias e dos pensamentos que circundam a nossa atualidade, pôde-se observar que estes pressupostos foram não só uma importante ponte para a construção dos pensamentos acerca da guerra, como também dos conceitos e entendimentos sobre a paz. Estes pressupostos tanto condicionaram os pensamentos atuais, como também levaram a óticas variadas, e estruturadas de forma isolada. Foram e ainda são importantes pois esclarecem sobre a essência da natureza humana, e sobre os significados que compõem os ideais de paz em vista das guerras. A história dos estudos para a paz, demonstrou ter sido condicionado a diversos eventos ocorridos com o passar do tempo, e que por se tratarem especificamente de pensamentos voltados para a solução de guerras, e não para seu entendimento, deixaram de lado seu teor essencial, sua íntima ligação com a natureza humana.

Infelizmente, certos pensamentos dominantes sobre a paz parecem ser ideologicamente tendenciosas, visto que esse viés distorce a compreensão do que seja de fato a paz. Alcançar a paz é vencer uma guerra, uma guerra contra a própria natureza humana, uma guerra interna em cada indivíduo, pois estes possuem dentro si elementos caracteristicamente fascistas e que estão interiorizados no mesmo, o que descreve adequadamente determinados discursos intelectuais sobre a paz que se apresentam como verdades capazes de conduzir a humanidade à paz eterna. Nem todo mundo que usa a palavra "paz" quer a paz com liberdade e justiça. Hitler muitas vezes pediu paz, mas o que ele queria dizer com isso, significava a submissão à sua vontade. Logo, a paz pode ser, a paz da limitação e da prisão.

O ideal de Kant exposto, se colocou como uma limitação a sociedade, visto que a construção da ideologia da paz só se fez presente, pois ganhou esta posição em detrimento dos resultados de guerras, e estes conflitos foram o que determinaram o surgimento de teorias sociais, sendo estas resultado de uma visão de mundo dominante. Logo, eis uma hipótese para a questão do 'significado vazio' de paz, pois se ao longo da história humana, as guerras tem sido a força que impulsionou o mundo, através da sobrevivência do mais apto, então a paz seria um outro meio de condução que leva a guerra. Como um eufemismo para criminalizar, proibir

e substituir políticas, num disfarce para conduzir uma guerra por outros mecanismos, pois acreditar num mundo sem guerras é pura ilusão.

As guerras são tão antigas quanto a humanidade, e ao contrário do que se diz, é a paz uma invenção do homem, e não as guerras. Logo, tal invenção tornou-se uma construção social dominante, e esse viés ideológico tem um efeito negativo sobre o desenvolvimento social. O próprio Kant reconhecia em sua ideia uma utopia, então levar em consideração que até mesmo os filósofos da paz das gerações anteriores fossem tomados pelo sentido trágico da guerra, ignorando a paz, é de fato uma possibilidade. Nesse sentido, deve-se suspeitar que talvez a compreensão da relação entre guerra e paz tenham sido invertidas e que os pensamentos sobre uma natureza pacífica sejam equivocadas.

Com base então nas perspectivas identificadas em Hobbes, Maquiavel, Clausewitz e em toda essa extensa tradição da filosofia ocidental que localiza sua origem na concepção do caráter formativo da guerra, percebeu-se que a sociedade poderia também ser melhor compreendida a partir de estudos profundos da guerra e não só dos estudos de paz. Isto porque a sociedade está baseada em relações de poder e tal poder são as relações de força. A guerra é uma fonte de significado para os seres humanos, como também é a paz, mesmo aparentando ser vazia de significados objetivos. Compreender isto é transpor os limites de uma construção social, é transcender valores, é expandir a consciência humana, e conduzi-la ao desenvolvimento social.

Considere que desde a antiguidade, a história revelou os ciclos de vida na relação entre a paz e a guerra, e que se a guerra traz a paz, a paz também traz guerra. Logo, se é fato que a paz foi sempre entendida como uma consequente manifestação da guerra, este fornece um bom entendimento acerca da paz. Portanto, conhecer a guerra é conhecer a paz.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **A Política**. 2. Ed. Brasília, DF Editora UnB. 1985.

ARISTÓTELES. **Ética à Nicômaco**. Poética. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. — 4. ed. — São Paulo: Nova Cultural, 1991. Os pensadores; Vol. 2.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 4. ed. São Paulo: Victor Civita, 1984. Os pensadores.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1974. 247 p.

BOBBIO, Norberto et al. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Editora universidade de Brasília, 13ªed. 5ª reimpressão. Volume 1. 2010.

BOBBIO, Norberto et al. MATTEUCCI, Nicola. PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Editora universidade de Brasília, 13ªed. 5ª reimpressão. Volume 2. 2010.

BOULDING, Kenneth E. **A paz estável entre as nações: um processo de aprendizagem em TEPYS**. Tema do Economia, Paz e Segurança. Vol. 1, Nº1. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/tephys/01/keb>>. Acesso em: 02/Outubro/2015

BOULDING, Kenneth. "**Defesa Nacional Através de paz estável.**" *Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados*. Laxenburg, Áustria. 1983.

BOUTHOU, Gaston. **Avoir la paix**. Paris: Grasset, 1967.

BUENO, Silveira. **Dicionário da língua portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: Ed. FTD, 2007.

COX, Gray. **Os caminhos da paz: A Filosofia da Paz como Ação**. Imprensa Paulist. 1986.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

DADOUN, Roger. **A violência: ensaio acerca do “homo violens”**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.

FUNAG. **Diplomacia brasileira para a paz**. Clóvis Brigagão, Fernanda Fernandes, organizadores. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2012. 292 p. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Diplomacia_para_a_paz.pdf>. Acesso em: 01/Outubro/2015.

FREIRE, Maria Raquel. LOPES, Paula Duarte. Artigo: **Reconceptualising Peace and Violence: A Critical Analysis**. Revista Critica de Ciências Sociais. Vol. 82. pp. 13-26. 2008.

GALTUNG, Johan. **Violence, Peace and Peace Research**, *In: Journal of Peace Research*. International Peace Research Institute, Oslo, Vol. 6(3), 1969, p. 167-191.

GALTUNG, Johan. *Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization*. Oslo: PRIO/London: Sage Publications, 1996.

GALTUNG, Johan. **50 Years - 100 Peace and Conflict Perspectives**. TRANSCEND Peace University, 2008.

GALTUNG, Johan. **Cultural Violence**. *In: Journal of Peace Research*, 27(3), 2010, p. 291-305.

GALTUNG, Johan. **"An Editorial"**, *Journal of Peace Research*, 1964.

GALTUNG, Johan. **Twenty-Five Years of Peace Research: "Ten Challenges and Some Responses"**. *Journal of Peace Research*, 1985.

GALTUNG, Johan. **Cultural Violence; Journal of Peace Research**, 1990.

GALTUNG, Johan. **Introduction: peace by peaceful conflict transformation - the Transcend approach** in Charles Webel and Johan Galtung (org.) *Handbook of Peace and Conflict Studies* Abingdon: Routledge, 2007.

GALTUNG, Johan. **Essays in peace research**. Copenhagen: Cristian Eglers, 1975.

GALTUNG, Johan. **Social cosmology and the concept of peace**. *Journal of Peace Research*, v. 18, n. 2, p. 183-199, 1981.

GALTUNG, Johan, Johan. **Violencia, guerra y su impacto**. Foro para filosofia intercultural, v. 5, 2004. Disponível em: <<http://them.polylog.org/5/fgj-es.htm>>. Acesso em: 01/Outubro/2015

GROTIUS, Hugo. **O direito da guerra e da paz**. Ed. Ijuí, RS: 2005.

GUZMÁN, Vicente Martínez. “**Saber Hacer las Paces**”. **Epistemologías de los Estudios para la Paz**. Nº 23, pp. 49-96, 2000.

HERÁCLITO. **Fragmentos sobre a natureza**. Trad. de José Cavalcante de Souza. Bari: Laterza, 1969.

HEGEL. G. W. F. - **Princípios da filosofia do direito**. Trad. Orlando Vitorino. Martins Fontes. São Paulo. 1997. (clássicos).

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução de João Paulo Monteiro, Maria Beatriz Nizza da Silva, Claudia Berliner; revisão da tradução Eunice Ostrensky - Ed. brasileira supervisionada por Eunice Ostrensky - São Paulo: Martins Fontes - (Clássicos Cambridge de filosofia política), 2003.

HORKHEIMER, Max. ADORNO, Theodor W. **Dialética do esclarecimento: Fragmentos Filosóficos**. Ed. Querido, Amsterdã. pp.115, 1947.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Tradução A. Mourão. Lisboa: Eds. 70, 179 p. 2004.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua. Um projeto filosófico**. Tradução A. Mourão. Coleção textos clássicos de filosofia. Covilhã: Eds. 2008.

KANT, Immanuel. **Crítica da Razão Pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos; Alexandre Fradique Morujão; 5ª ed. - Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa. 2001.

KERSTING, Wolfgang. **Hobbes, Kant, a paz universal e a guerra contra o Iraque**. Kant e-Prints – Vol. 3, n. 2, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: M. Claret, 2003.

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Trad. Oswaldo Biato da edição revisada por Kenneth W. Thompson. Ed. Universidade de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo. 2003.

NYE Jr. Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. Trad. Henrique Amat Rêgo Monteiro; revisão técnica Janina Onuki; preparação Tereza Gouveia. São Paulo; Ed. Gente, 2009.

LOCKE. John. **Segundo Tratado Sobre o Governo Civil**. Clube do livro liberal. Trad. Magna Lopes/Marisa Lobo da Costa. Ed. Vozes. 2010.

NIETZSCHE, Friedrich. **Vontade de Poder**. (1844-1900). Tradução do original alemão e notas Marcos Sinésio Fernandes; Francisco José Dias de Moraes; apresentação Gilvan Fogel. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

OREND, Brian. **“War”**. In Stanford Encyclopedia of Philosophy. p. 1-19. 2001.

PUREZA, José Manuel. **“O lugar do direito num horizonte pós-positivista”**, Política Internacional, vol. 2, n 2 18, 79-91. 1998.

PUREZA, José Manuel. Cravo, Tereza. **Margem crítica e legitimidade nos estudos para a paz**. Revista Crítica de Ciências Sociais: Estudos para a Paz. Ed. 71. Pag.05-19. 2005.

PUREZA, José Manuel. **Estudos sobre a Paz e Cultura da Paz**. Revista Nação e Defesa. Nº 95/96. pp. 33-42. 2000.

PUREZA, José Manuel. **Os Estudos para a Paz como desafio crítico à tradição em Relações Internacionais**. Coimbra, 2009.

RAYMOND, Aron. **Paz e Guerra entre as nações**. Tradução de Sergio Bath. Editora Universidade de Brasília - Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo, 2002. (Clássicos IPRI).

RAMSBOTHAM, Oliver. **The analysis of protracted social conflict: a tribute to Edward Azar**. Review of International Studies (2005), 31, 109–126.

RAMSBOTHAM, Oliver. WOODHOUSE, Tom. MIAL, Hugh. **Contemporary Conflict Resolution: The prevention, management and transformation of deadly conflicts**. Third Edition. By Polity Press. 2011.

RICHMOND, Oliver P. **Critical Research Agendas for Peace: The Missing Link in the Study of International Relations**. Vol. 32, No. 2, 2007. Published by: Sage Publications, Inc. Disponível em URL: <<http://www.jstor.org/stable/40645212>>. Acesso em: 07/Novembro/2015

RIZZI, Iuri Rocio Franco. **A paz nos instrumentos de Organização da Informação: uma análise dos conceitos de paz e guerra, da Cultura de Paz e dos Estudos para Paz na Classificação Decimal de Dewey.** Marília, São Paulo. 2008.

ROUSSEAU. Jean-Jacques. **O contrato social: (Princípios do direito político)** / tradução de Antonio P. Machado; estudo crítico de Afonso Bertagnoli – 19ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

ROUSSEAU. Jean-Jacques. **O fundamento das desigualdades entre os homens.** Trad. Maria Lacerda de Moura. Ed. Rindendo Castigat Mores. 1754. Fonte digital: <<http://www.jahr.org.>>. Acesso em: 13/Janeiro/2016

SALATINI, Rafael. **Reflexões sobre a paz.** Marília: Oficina Universitária; Ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SCHNEIDER, Francis J. (1960) "**Man, the State and War**", by Kenneth N. "Waltz," Indiana Law Journal: Vol. 35: Iss. 2, Article 12. Disponível em: <<http://www.repository.law.indiana.edu/ilj/vol35/iss2/12>>. Acesso em: 21/Dezembro/2015

SHARP, Gene. **The politics of nonviolent action, part 1: power and struggle.** Boston: Porter Sargent Publishers, 1973.

SHARP, Gene. **The politics of nonviolent action, part 2: the methods of nonviolent action.** Boston: Porter Sargent Publishers, 1973.

SHARP, Gene. **The politics of nonviolent action, part 3: the dynamics of nonviolent action.** Boston: Porter Sargent Publishers, 1973.

SOUSA, Fernando. **Dicionário de Relações Internacionais.** Ed. Afrontamento/CEPESE. Coleção: Dicionários/2. 2005.

UNESCO. **Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo.** Brasília: UNESCO; São Paulo: Associação Palas Athena, 2010. 256 p.

WALTZ, K.N. (1954). **Man, The state and War.** The theoretical Analysis, Columbia University Press, New York. 2001.

WEBEL, Charles. **Introduction-Toward a philosophy and metapsychology of Peace.** Handbook of peace and conflict studies / edited by Charles Webel and Johan Galtung. 2007.

W.B., Gallie. **Os filósofos da Paz e da Guerra.** Editora Artenova S/A. Trad. Silvia Rangel.
Rio de Janeiro.1979.